

# **As Relações económicas e comerciais entre Portugal e a Polónia**

**Leonor Isabel Simões Dias**

## **Relatório de Estágio de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais- Área de Especialização em Relações Internacionais**

Leonor Isabel Simões Dias, As Relações  
Económicas e Comerciais entre  
Portugal e a Polónia, 2016

**março, 2016**

Relatório de estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais realizado sob a orientação científica do Professor Doutor Daniel Marcos, professor auxiliar convidado do Departamento de estudos políticos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

*Aos meus pais ...*

## **Agradecimentos**

Agradeço a toda a equipa da Câmara do Comércio Polónia – Portugal pela oportunidade e disponibilidade com que me acolheram, pelo apoio concedido durante todo o desenrolar do estágio. Um agradecimento especial ao Dr. Tiago Costa, à Dr.<sup>a</sup> Gosia Kuranowska e à Dr.<sup>a</sup> Weronika Gwiazda pelo acompanhamento e indicações.

Agradeço a todos os docentes, do Mestrado de Ciência Política e Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, que contribuíram para o enriquecimento dos meus conhecimentos. Agradeço em particular ao meu orientador, o Professor Doutor Daniel Marcos, pelo apoio e disponibilidade, que sempre demonstrou no decorrer da realização do presente relatório de estágio.

Agradeço também aos meus amigos, pela amizade, conselhos e pelo incentivo para que fosse possível a conclusão desta etapa, mas também por todo o companheirismo, força e apoio nos momentos mais difíceis.

Aos meus pais, Vítor e Gracinda, um reconhecido e especial agradecimento por todo o amor incondicional, carinho, compreensão, confiança, estímulo, apoio e suporte que me dedicaram ao longo de todo o meu percurso académico. Um grande obrigada pelos valores que me inculcaram ao longo dos anos, obrigada por terem estado sempre presentes nos momentos de alegria, mas sobretudo estou-vos eternamente grata pelo incessante apoio prestado nos momentos de maior desânimo e angústia, e da qual a vossa compreensão e confiança nas minhas capacidades se tornou essencial para a conclusão desta etapa da minha vida.

A todos um Muito Obrigado!

## **Resumo**

O presente relatório resulta de um estágio com a duração de seis meses na Câmara do Comércio Polónia - Portugal com uma frequência de oito horas diárias, para a conclusão do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais.

O principal objetivo a que me propus foi a uma melhor compreensão da evolução das relações económicas e comerciais entre Portugal e a Polónia, sendo que desde a sua entrada na União Europeia a Polónia tem vindo a ganhar um papel importante para a economia em Portugal, assistindo-se ao longo dos anos a um significativo aumento das trocas comerciais entre os dois países.

Deste modo, na primeira parte do relatório será abordada a temática da Europeização, pretendendo demonstrar as semelhanças entre Portugal e a Polónia na definição das suas prioridades da política externa no decorrer da sua integração na União Europeia, tendo um e outro passado, embora em épocas diferentes, por um período transição democrática, resultante da queda de regimes ditatoriais que governavam ambos os países.

A Segunda parte incidirá no estudo da evolução das relações económicas e comerciais entre Portugal e a Polónia, analisando os fluxos de investimento e trocas comerciais ao longo dos últimos onze anos, sem esquecer a definição do conceito de Diplomacia Económica e o modelo adotado por Portugal que em muito contribuiu para a internacionalização de empresas portuguesas na sua ingressão no mercado polaco, bem como a definição das principais características do mercado polaco, que se tornaram preponderantes para a eleição do mercado polaco como o mercado atrativo para o investimento por parte dos empresários portugueses na Europa de Leste.

A terceira e última parte do relatório, pretende descrever a PPCC, como uma das principais instituições responsáveis pela promoção e progresso das relações comerciais e económicas entre Portugal e a Polónia, descrevendo através das funções por mim desempenhadas ao longo do estágio, quais as principais áreas de atividade da Câmara do Comércio.

### **Relatório de Estágio**

#### **As Relações económicas e Comerciais entre Portugal e a Polónia**

**Leonor Isabel Simões Dias**

**PALAVRAS-CHAVE:** Europeização, Diplomacia Económica, Polónia, Portugal

## **Abstract**

This report is the result of an internship for a period of six months in the Chamber of Commerce Poland - Portugal at a rate of eight hours per day to complete the Masters in Political Science and International Relations.

The main goal of this is to obtain a better understanding the evolution of economic and trade relations between Portugal and Poland, because, since its entry into the European Union, Poland has gained an important role in the Portugal economy, watching over the years to a significant increase in trade between the two countries.

Thus, the first part of the report will be addressed to the issue of Europeanization, intending to demonstrate the similarities between Portugal and Poland in defining its foreign policy priorities during its integration into the European Union that having both past, although at different period of time, for democratic transition, resulting from the fall of dictatorial regimes that ruled both countries in the past.

The second part will focus on the study of the evolution of economic and trade relations between Portugal and Poland, analyzing investment flows and commercial exchanges over the past eleven years, without forgetting to mention the definition of Economic Diplomacy and the model adopted by Portugal that contributed to the internationalization of Portuguese companies in its ingression in the Polish market as well as the definition of the main features of the Polish market, which have become predominant for the election of the Polish market as an attractive market for investment by Portuguese entrepreneurs

The third and final part of the report is intended to describe the PPCC, as one of the main institutions responsible for the promotion and development of trade and economic relations between Portugal and Poland, describing through the functions carried by myself along the time of the internship, what are the main areas of activity of the Chamber of Commerce.

## **Internship Report**

### **Economic and Commercial relations between Portugal and Poland**

**Leonor Isabel Simões Dias**

**KEYWORDS:** Europeanization, Economic Diplomacy, Poland, Portugal

# Índice

<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo I – Enquadramento teórico.....</b>	<b>4</b>
1-Europeização das Políticas Externas dos Estados Membros da UE .....	4
1.1-Europeização da Política Externa .....	6
1.2-Europeização de Portugal e da Polónia – Processo de democratização e reorientação da Política Externa .....	7
<b>Capítulo II – As Relações económicas e comerciais luso-polacas .....</b>	<b>21</b>
2.1- Diplomacia Económica.....	21
2.2- A Diplomacia Económica em Portugal.....	25
2.3- Enquadramento das Relações Económicas e Comerciais Luso-Polacas.....	30
2.4- As Relações económicas e comerciais entre Portugal e a Polónia.....	30
2.5- O mercado Polaco - Oportunidades .....	39
<b>Capítulo III – Estágio realizado na Câmara do Comércio Polónia-Portugal .....</b>	<b>45</b>
3.1- Caracterização da entidade acolhedora .....	46
3.2- Atividades desempenhadas na PPCC.....	51
3.3- A PPCC em Análise.....	59
<b>Conclusão.....</b>	<b>62</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>66</b>
<b>Lista de anexos.....</b>	<b>72</b>

## **Índice de Abreviaturas**

**AICEP** – Associação para o Investimento e Comércio Externo de Portugal

**AG** – Assembleia Geral

**CA** – Conselho de Administração

**CPE** – Cooperação Política e Económica

**CPLP** – Comunidade dos países de Língua Portuguesa

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**IAPMEI** – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

**ICEP** – Instituto do Comércio Externo Português

**IDE** – Investimento Direto Estrangeiro

**INE** – Instituto Nacional de Estatística

**LKB** - Lubelski Klub Biznesu – (Clube de Negócios de Lublin)

**MERCOSUL** – Mercado Comum do Sul

**MNE** – Ministério dos Negócios Estrangeiros

**NAFTA** – North Atlantic Free Trade Agreement

**NATO** – North Atlantic Treat Organization

**OCDE** – Organização para a cooperação e Desenvolvimento Económico

**OMC** – Organização Mundial do Comércio

**PAiLZ** - Polish Information and Foreign Investment Agency

**PECO** – Países da Europa Central e Oriental

**PESC** – Política Externa e Segurança Comum

**PPCC** – Polish- Portuguese Chamber of Commerce

**PwC** – PricewaterhouseCoopers

**UE** – União Europeia



## **Introdução**

As relações económicas e comerciais entre Portugal e a Polónia têm vindo a aumentar desde há uma década, aquando da entrada da Polónia na União Europeia em 2004, sendo nos dias de hoje um importante destino para onde Portugal direciona o seu investimento e o país da Europa de Leste onde Portugal mais investe.

Em 1989, ano em que se iniciou a transição democrática na Polónia, foi o grande passo para a alteração da política externa do país que até aí dependia inteiramente do regime soviético. A alteração da política externa na Polónia passou sobretudo pelos esforços feitos para a sua integração na União Europeia, bem como em outras organizações internacionais, como exemplo a NATO, e no estreitamento de relações bilaterais e criação de parcerias estratégicas com países membros da União Europeia.

O rápido e estável desenvolvimento económico e político da Polónia resultou na confiança da União Europeia para a assinatura de diversos acordos, mais especificamente o Acordo de apoio e proteção mútua do investimento (1993); Convenção para evitar a dupla tributação (1995); Acordo de cooperação no âmbito do Turismo (2003), e por fim o Tratado de Adesão da República da Polónia com as Comunidades Europeias (2003), tratando-se este último, o principal Acordo que regula as relações comerciais e económicas entre Portugal e a Polónia, conjuntamente com as regulações por parte da UE no que respeita ao mercado único (Embaixada da República da Polónia em Lisboa, 2015).

Com a assinatura dos tratados com a UE e com a formalização da sua entrada na mesma, as relações económicas e comerciais entre Portugal e a Polónia sofreram aumentos muito significativos, o que ficou a dever-se á grande oportunidade de negócio das empresas portuguesas em território polaco, contando o mercado polaco com cerca de 38 milhões de consumidores. Até final de 2013 as trocas comerciais entre os dois países variavam entre 600 e 800 milhões de euros, contando a Polónia com cerca de 100 empresas portuguesas a investir no país. As principais matérias no que diz respeito às trocas comerciais entre os dois países são sobretudo: maquinaria, veículos automóveis, produtos farmacêuticos, aparelhos elétricos, entre outros.

Apesar de as relações económicas e comerciais entre Portugal e a Polónia terem aumentado significativamente desde 2004, e de a Polónia ser hoje um importante destino de investimento português, o que é sabido que a balança comercial ainda é um pouco deficitária relativamente ao investimento direto polaco em território português, facto que

se pretende melhorar, nomeadamente com a atração de investidores polacos para Portugal.

O Relatório de Estágio aqui apresentado surge como parte integrante do segundo ano do mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, na vertente das Relações Internacionais. Como tal, foi realizado um estágio na Câmara do Comércio Polónia-Portugal (PPCC) durante o período de 1 de Outubro de 2013 e 28 de Fevereiro de 2014, tendo como objetivo o estudo das relações económicas e comerciais entre Portugal e a Polónia, descrevendo as atividades por mim desempenhadas de modo a cumprir os requisitos fundamentais para a obtenção do grau de Mestre.

O presente relatório tem como principal finalidade a análise da evolução das relações económicas e comerciais entre Portugal e a Polónia, após a entrada deste último país na União Europeia, com especial atenção para a estratégia portuguesa no investimento direto estrangeiro na Polónia. Para tal, o relatório será dividido em três capítulos distintos.

O primeiro capítulo irá debruçar-se num breve enquadramento teórico com a principal temática da Europeização, mais precisamente a Europeização da política externa portuguesa e polaca nos períodos de transição democrática e no período de integração europeia, que embora tendo decorrido em períodos diferentes, demonstram algumas semelhanças. Pretende-se com esta principal temática demonstrar e comparar a homogeneidade dos processos de construção democrática, os percursos de redefinição da política externa em Portugal e na Polónia após a sua adesão à UE, bem como a importância do processo de Europeização, como um dos fatores causais para o crescimento das relações diplomáticas, económicas e comerciais entre Portugal e a Polónia após o alargamento da União Europeia a Leste.

O segundo capítulo do Relatório de Estágio terá como principal foco a análise das relações económicas e comerciais entre Portugal e a Polónia. Num primeiro momento irá fazer-se uma análise do conceito Diplomacia Económica, e o modelo de Diplomacia Económica adotado por Portugal em prol da organização da sua política externa. Neste capítulo será também abordada a evolução das relações entre ambos os países após o alargamento da UE ao leste europeu, descrevendo os principais fluxos comerciais bem como os principais produtos transacionados. Num segundo momento, enquadraremos o mercado polaco, que, graças às suas características, atraiu empresários portugueses no que respeita ao investimento por parte de Portugal na Polónia.

Para concluir, o terceiro e último capítulo do presente relatório, será inteiramente dedicado à descrição crítica das atividades desempenhadas ao longo do estágio, previamente mencionado, tendo como objetivo sustentar o estudo e análise do estreitamento das relações económicas e comerciais entre Portugal e a Polónia, sobretudo no papel do investimento das empresas portuguesas no mercado polaco.

Sumarizando, o presente Relatório de Estágio tem como intuito a análise das atividades desempenhadas durante estágio realizado ao longo de seis meses na PPCC, com o objetivo de uma melhor compreensão das relações entre Portugal e a Polónia após o alargamento da UE aos países de leste, determinando os fatores responsáveis para a evolução das relações entre os dois países, dando especial importância à internacionalização portuguesa para a Polónia.

## **Capítulo I – Enquadramento teórico**

O enquadramento teórico encontra-se estruturado numa breve introdução contextual ao tema Europeização das Política Externas dos Estados Membros da UE Polónia e Portugal, seguido de duas partes, uma em que se debruça sobre a Europeização da Política externa, onde se pretende definir o conceito de Europeização, uma outra parte acerca da Europeização de Portugal e da Polónia – Processo de Democratização e reorientação externa, fazendo uma abordagem à Europeização da Política Externa Portuguesa e Polaca no período após a Adesão à União Europeia.

### **1-Europeização das Políticas Externas dos Estados Membros da UE**

O capítulo que se segue pretende demonstrar e compreender o conceito Europeização, mais especificamente no que diz respeito ao impacto da Europeização nas políticas externas dos estados-membros da União Europeia.

Contudo e embora se assuma que a política externa seja uma área reservada apenas aos governos nacionais, com a fase de integração dos países candidatos à adesão da União Europeia, constatou-se que as políticas externas desses mesmos estados sofreram diversas alterações, muito em causa, devido ao processo de Europeização por que passaram.

Deste modo, a análise de Europeização neste capítulo pretende evidenciar as alterações ocorridas, ao nível de política externa nos estados membros da UE, como é o caso de Portugal e da Polónia, sendo que a parte final do presente capítulo forçar-se-á nas alterações e no processo de adaptação que quer Portugal e a Polónia tiveram que adotar no seio da política externa, durante o período de negociações para a sua integração na comunidade europeia. Passa também pela demonstração de semelhanças sucedidas nos dois países no processo de Europeização, que embora tendo ocorrido em períodos diferentes, ambos os estados aquando da sua integração na UE, passavam por mudanças de regimes e por uma reorganização das suas prioridades no respeitante à sua política externa bem como das suas políticas nacionais.

Mais precisamente desde a segunda metade da década de 90, que o termo Europeização se tornou bastante comum entre os académicos de relações internacionais. Desde então, o estudo pelo conceito e definição do termo “Europeização” começou a ganhar alguma importância, inicialmente como meio de contemplar o impacto e as consequências da integração europeia no estados membros aderentes, e nos últimos anos

o interesse pelo estudo da Europeização passa por uma melhor compreensão das transformações nas instituições políticas, sistemas de governança e alterações nas políticas nacionais e externas dos estados membros aquando da sua integração na União Europeia, ou seja, alargou-se assim o estudo do conceito de Europeização ao nível da política externa (Müller & Flers, 2009).

De uma maneira geral, Europeização caracteriza-se por ser um processo de “emergência e desenvolvimento de estruturas de governança a nível europeu”, como referem (Cowles, Caporaso, & Risse, 2001).

Todavia, tendo em conta os recentes estudos realizados neste campo, a Europeização pode também ela ser entendida por estimular mudanças em vários aspetos nas políticas nacionais dos estados membros, nomeadamente o processo por que estes passam com o objetivo de se adaptarem no seio da União Europeia, ou seja, define-se pelo impacto que origina a um nível supranacional nas políticas dos seus estados membros (Magone J. M., 2004).

Portanto, não é possível afirmar que exista um significado claro do que se designa por Europeização, sendo o termo aplicado em áreas distintas de modo a descrever diversos acontecimentos e processos de mudança (Olsen, 2011), tornando-se bastante contestado entre os académicos de relações internacionais e estudos europeus.

O conceito de Europeização surge usualmente associado a alterações políticas ocorridas nos estados aquando da sua adesão à União Europeia e, para uma melhor compreensão do mesmo, o cientista político Johan Olsen, especificou no seu estudo os diferentes usos do termo Europeização.

Os cinco usos do termo Europeização prendem-se com: 1º o desenvolvimento das instituições ligadas à governação no âmbito europeu, 2º a alteração das fronteiras externas dos países, que em muito tem a ver com a ampliação de normas e políticas aos estados membros que aderiram á UE em 2004, 3º a criação de uma iniciativa que vise a unificação de uma Europa politicamente forte, 4º exportação de políticas de governação e instituições com carácter inteiramente europeu para os estados não membros da União Europeia, e por fim, o 5º Europeização é ainda usada como ingresso nas políticas nacionais dos estados membros na União Europeia.

## **1.1-Europeização da Política Externa**

Como referido anteriormente, nos últimos anos o interesse pela aplicação do conceito Europeização no campo da política externa ampliou-se, formulando-se diferentes perspectivas teóricas (Denca, 2009) com o principal intuito de examinar as alterações e processos de mudança ocorridos nas políticas externas nacionais dos estados membros da União Europeia.

A Europeização da política externa caracteriza-se por ser o processo que ocorre a um nível nacional nos estados membros da UE, e que gera impactos nas políticas, comportamentos e ideais dos estados membros, causados sobretudo devido às pressões originadas pelo processo de integração europeia (Kaminska, 2007).

Dos impactos ocorridos a nível nacional nos estados membros da União Europeia, importa salientar que a Europeização, no que remete à política externa e tendo em conta alguns estudos, pode ser compreendida como um processo bidimensional (Borzel, 2002), podendo ser analisada por diferentes dimensões: a dimensão “uploading” ou processo “bottom-up” referente à projeção das políticas nacionais dos estados a nível europeu, focando-se em saber como os estados membros influenciam as políticas europeias e a dimensão “downloading” ou também denominada de processo “top-down” alusiva à adaptação da política nacional dos estados.

Segundo a dimensão de uploading a Europeização está relacionada com a construção do sistema de governança da União Europeia, mais propriamente a criação da Política Externa e Segurança Comum europeia (PESC).

Neste sentido a política externa europeia cria incentivos e oportunidades aos estados membros de europeizarem os seus interesses nacionais, ou seja, tem como seu principal indicador a projeção da política nacional dos estados membros da UE, servindo de estímulo aos estados membros para o lançamento dos seus modelos políticos, prioridades e preferências da política externa nacional para um nível europeu. Esta chamada projeção nacional dos estados membros europeus pode ser entendida como uma solução para fazer face às pressões decorridas da sua cooperação com a Política Externa Comum da União Europeia, sendo atrativo para os estados que não consigam por si só resolver determinados entraves das suas prioridades políticas, destacando-se o importante papel de cooperar junto da Política Externa Comum europeia (Müller & Flers, 2009).

Tendo em conta a opinião de (Magone J. M., 2004) o processo “Bottom-up” surge também como estratégia principalmente aplicada pelos estados com maior grandeza no seio da União Europeia, visando introduzir as suas preferências em termos de políticas nacionais para o seio da UE.

Já, a dimensão downloading entende a Europeização como um processo de “top-down” reportando-se à influência e estímulos feitos pela União Europeia para com os seus estados membros. Neste contexto Claudio M. Radelli entende a Europeização como um processo:

“ De a) construção, b) difusão e c) institucionalização de regras formais e informais, procedimentos, paradigmas políticos, estilos e crenças partilhadas que são primeiro definidas e consolidadas no processo político da U.E., e depois incorporadas na lógica discurso, identidades, estruturas políticas e políticas públicas domésticas.” (Radaelli, 2004, p. 3)

O processo “Top-down” da Europeização traduz-se assim no facto de que cada estado-membro da União Europeia se adapta e procede a ajustamentos das suas políticas externas nacionais em requerimento das instituições políticas e normas europeias, sendo os estados vistos como estados reativos. Assim sendo, a dimensão top-down pretende sobretudo demonstrar o importante papel da UE na instigação das mudanças ocorridas nas políticas domésticas dos estados membros, sem que se anteveja qualquer pressão externa (Vale, 2011), mudanças essas que podem ocorrer a vários níveis, nomeadamente no que respeita à reorientação burocrática e alteração constitucional (Smith, 2000).

## **1.2-Europeização de Portugal e da Polónia – Processo de democratização e reorientação da Política Externa**

### **Portugal:**

O processo de integração europeia ocorrido em Portugal durante as décadas de 70/80 antecedeu-se por um período de transição democrática, sendo que Portugal viveu durante décadas sob a chefia de um regime autoritário até 1974 sob regime ditatorial de António Salazar e Marcelo Caetano.

O regime ditatorial português até 1974, defendia a política de propaganda do “orgulhosamente sós”, afastando-se das políticas e da civilização do mundo ocidental, pretendendo demonstrar uma certa “superioridade moral e política”, defendendo a preservação do seu império colonial (Rodrigues, 2004).

Sendo assim, a linha prioritária da política externa portuguesa até 1974, caracterizava-se por ter sobretudo por uma dupla vertente: a vertente atlântica que privilegiava a relação do regime português com a NATO, os EUA e a sua aliança com o Reino Unido, no que diz respeito á manutenção e defesa do país, e a vertente colonial que tinha principal prioridade a consagração do seu projeto de império colonial, particularmente na Índia, África e Brasil (Teixeira,2010).

Todavia com a queda do regime não democrático em Portugal em 1974 seguiu-se um período de transição democrática, onde país viria a sofrer uma sequência de transformações, quer a nível político, económico, mas também mudanças nas prioridades das políticas externas nacionais, ingressando assim num período de transição e consolidação democrática, no qual Portugal se destacou, tendo sido considerado o país iniciador da terceira vaga democratização (Magone J., 1998).

Em Portugal, durante o período revolucionário assumido pelo Movimento das Forças Armadas, seguido ao colapso do regime ditatorial a 25 de Abril de 1974, o país assistiu a um processo de transição democrática que viria mais tarde a redirecionar as suas estratégias políticas e económicas, com o lema “democratizar e descolonizar”.

A principal prioridade do MFA, sob modo a promover uma democracia estável no país, passou a ser a dedicação para a implementação do processo de descolonização, tendo Portugal deixado de ser um estado multicontinental, passando a preservar a sua identidade nacional (Gorjão, 2005). Para além da descolonização, outras das prioridades do MFA, prendeu-se com a quebra da política de isolamento internacional, tendo passado a favorecer-se o estabelecimento de relações diplomáticas, com outros países da esfera internacional, mais concretamente o estabelecimento de relações com os países do bloco soviético e países de terceiro mundo (Teixeira, 2010).

Não obstante, apesar das intenções do restabelecimento da democracia em Portugal, o processo revolucionário ficou marcado pela sua complexidade devido ao agravamento de diversas crises internas, nomeadamente as sucessivas manifestações, agitação social bem como os consecutivos governos provisórios estabelecidos, o que originou insegurança em algumas entidades políticas em saber se o processo de transição democrática viria a ser garantido (Magone J. , 1998).

O término do período revolucionário em Novembro de 1975 e o início do período constitucional com a eleição do primeiro governo constitucional em 1976, veio



determinar a implementação de um regime democrático sólido em Portugal. O regime democrático português após 1976 redefiniu portanto novas linhas orientadoras e redirecionamento das prioridades da política externa portuguesa, assumindo-se Portugal como um país ocidental, distinguindo em simultâneo a sua vertente atlântica com a vertente europeia.

Tornou-se assim clara a opção em enveredar pelo caminho pró-europeu, determinando como principal prioridade da sua política externa o estabelecimento das relações externas com a CEE, tendo como primordial objetivo o ingresso e cooperação para com a mesma.

Apesar da opção europeia se ter tornado na principal linha prioritária da política externa portuguesa após 1976, Portugal não esqueceu a sua vertente e condição atlantista. Citando (Freire & Brito, 2010) após 1976, os “vetores atlântico e europeu permanecem centrais, embora com pesos diferenciados em termos temporais”, definindo-se como as principais linhas de atuação e preocupação da política externa portuguesa.

No que refere à dimensão atlântica da política externa portuguesa esta caracterizou-se pela continuidade por parte do governo constitucional português no fomento das suas relações transatlânticas, nomeadamente com os EUA, visto estes constituírem um importante aliado de modo a fazer face à imagem de Portugal enquanto um país abatido, no panorama internacional (Janus, 2002).

A vertente atlântica da política externa portuguesa defendeu também como prioridade o reforço da aliança de Portugal junto da NATO, perspetivando a garantia da manutenção e o estabelecimento da defesa e segurança do país. Portugal promovendo a sua vertente atlântica manteve inalterado o desenvolvimento da suas relações históricas com antigas colónias, nomeadamente a cooperação com países como o Brasil e com os PALOP, vindo a ser criado mais tarde em 1996 a CPLP, constituída por Angola, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste, que viria a ter como principal propósito a preservação da língua portuguesa nestes territórios, bem como a defesa das principais políticas seguidas a cabo por todos estes países.

Assim sendo, a principal estratégia de Portugal na manutenção da vertente atlântica como linha prioritária das sua política externa deveu-se sobretudo ao receito do país ficar refém, ou que ficasse reduzido à sua posição geográfica junto da Europa.

Similarmente à vertente atlântica, também a opção europeia de distinguiu como a linha mestra da política externa portuguesa que Portugal resolveu adotar após 1976, definindo-se com o grande desafio para a democracia portuguesa.

A escolha da vertente europeia deveu-se particularmente com os objetivos do país em alcançar uma estabilização e fortalecimento económico, bem como a intenção de que apenas com a integração de Portugal na Comunidade Europeia seria possível a sua consolidação democrática (Seabra, 2003). Por conseguinte, a vertente europeia da nova política externa portuguesa deve-se ao facto de que fazendo o país parte integrante da CEE este poderia estar assim incluído num ambiente de maior coesão e segurança, ajustável à ressentida transição democrática assistida em Portugal (Bugia, 2014).

Assim sendo, a integração de Portugal na CEE era vista como a melhor solução para consolidar a recente e frágil estrutura democrática que havia sido criada e um meio de fazer face à instabilidade económica que se fazia sentir em Portugal após a queda do regime em 1974 (Royo, 2010).

A instabilidade económica sentida em Portugal, tinha como principal causa do elevado défice da balança comercial de Portugal com o exterior, ou seja, tinha havido uma drástica redução do número de exportações que não conseguiam fazer face às importações portuguesas, um aumento drástico do desemprego, diminuição da produção e aumento da inflação, que faria com que Portugal enfrentasse uma grave crise económica (Amaral J. F., 2006), em que se acreditava que a integração do país na CEE seria a única solução.

Surgidos os anos de 1976 e 1977, estes demonstraram-se determinantes na intensificação das relações entre Portugal e a Comunidade Europeia, chegando a assinar-se um Protocolo Financeiro e um acordo de livre comércio entre as duas partes de modo a Portugal poder restabelecer favoravelmente a sua situação económica, que se encontrava com grandes dificuldades após a revolução de 1974, tendo Portugal passado a fazer parte integrante do Conselho de Europa a partir de 1976.

A nova estratégia portuguesa encontrava-se bem definida, e os esforços feitos pelo I Governo Constitucional na intensificação das relações entre Portugal e a Comunidade Europeia, bem como o empenho em demonstrar uma imagem positiva de Portugal aos demais países já pertencentes à Comunidade, trouxe em 1978 o pedido formal para a

adesão de Portugal na CEE por parte do então Primeiro-Ministro, Mário Soares, iniciando-se o período de negociações entre Portugal e a Comunidade Europeia.

A Europeização portuguesa durante o período de negociações de adesão à UE ficou assim caracterizada pela implementação de novas medidas nas políticas nacionais com vista a harmonização com as políticas da UE. Tendo em conta (Smith, 2000) as alterações nas políticas nacionais portuguesas tiveram um impacto de carácter institucional, administrativo e constitucional.

Foi assim, entre o período de 1976 e 1986/87 que se assistiu à Europeização das políticas nacionais, Europeização essa que incidiu nas mudanças ao nível das estruturas administrativas e institucionais, tendo sido criados novos corpos diplomáticos, nomeadamente direções gerais de assuntos europeus na maioria de quase todos os ministérios, designadamente a criação do Comité dos Assuntos europeus, com o principal intuito de coordenar e analisar o direito e implementação da legislação europeia, de modo a ter-se uma atuação positiva no processo de cooperação europeia.

Assinalaram-se também alterações a nível constitucional, em 1982 procedeu-se a uma revisão da constituição, que outrora continha artigos que criavam obstáculos à integração do país da UE. A revisão constitucional em 1982 permitiu o reconhecimento das organizações internacionais por parte do sistema político português, estabelecendo-se assim um novo órgão – Tribunal Constitucional.

Ultrapassado o longo e conturbado período de negociações entre Portugal e a UE, este culminou com a adesão de Portugal enquanto estado-membros da UE decorria o ano de 1986, confirmando-se a conquista e a estabilização do país no processo de transição democrática bem como no crescimento da economia nacional.

Desde 1986, com a adesão de Portugal enquanto membro de pleno direito no seio da UE, que as orientações da política externa democrática se centram em três linhas fundamentais: o privilégio da participação ativa de Portugal no processo de construção europeia, a participação do país na Aliança Atlântica, nomeadamente o reforço da sua participação na NATO, bem como manutenção das relações atlânticas com os EUA e o Brasil, e a cooperação e o reforço das relações diplomáticas com os países de língua oficial portuguesa (Bugia, 2014).

Deste modo e sintetizando, os principais objetivos de Portugal na participação do projeto de integração europeia tiveram um carácter de nível económico e político, sob

modo de potenciar a política externa nacional, colocando alguma das suas prioridades no plano da agenda europeia, enquanto a relação de Portugal com a NATO prendeu-se com os objetivos no que respeita à manutenção da defesa e segurança militar externa do país.

No que concerne à economia portuguesa após 1986 e passada a conturbada crise económica sentida 1974, esta sofreu grandes transformações, pois com a integração de Portugal na CEE, viriam a ser impostas pela Comunidade novas regras legislativas e económicas, bem como o acesso de Portugal a fundos estruturais europeus, que tinham como principal preocupação fazer face à desigualdade entre Portugal e os restantes estados-membros da CEE (Pinto, 2011).

Neste sentido, e segundo (Royo, 2010) a adesão à CEE por parte de Portugal, levou a diversas reformas políticas e institucionais em diferentes áreas da economia, nomeadamente: reformas no sistema fiscal, consolidação orçamental e reformas na política monetária e cambial, permitindo assim uma maior estabilidade económica. Também o acesso de Portugal a fundos estruturais permitiu ao país modernizar as suas infraestruturas e diversos setores de atividade económica, como foi o caso do setor agrícola e industrial (Pinto, 2011).

Assim sendo, a adesão de Portugal à CEE, permitiu o crescimento estável da economia portuguesa entre 1986 e 1991, que resultou num rápido crescimento do comércio externo, tendo sido reforçadas a abertura comercial e financeira, graças à supressão das barreiras comerciais que existiam em tempos, e que fez com que Portugal visse aumentar as suas exportações, havendo um aumento do investimento estrangeiro do país, assistindo-se igualmente ao aumento da produtividade no país, e diminuiu drasticamente o desemprego (Amaral J. F., 2006).

Já no âmbito da Europeização de Portugal no campo da Política externa nacional, a integração portuguesa no seio da UE resultou também na participação enquanto estado membro ativo na CPE, tendo sido substituída mais tarde pela chamada PESC, projetando-se a visibilidade de Portugal a um nível internacional, criando novas oportunidades da expansão da sua políticas externas.

A adesão enquanto estado ativo na CPE permitiu a Portugal projetar as suas questões e prioridades nacionais para um nível europeu (processo bottom-up/ uploading), ou seja, enquanto estado-membro Portugal passou a possuir poder no campo de ação da

política externa, incutir nas diretrizes europeias as suas linhas orientadoras de política externa nacional.

Nesta circunstância, a atuação de Portugal no âmbito da CPE/PESC, ficou marcada pela projeção e preocupação na resolução de duas questões essenciais para a política externa portuguesa, junto da agenda da UE: a cooperação com as suas ex-colónias, nomeadamente em África, nos PALOP, no Brasil, e em território de timorense e a sua participação ativa no seio da NATO, independentemente da adesão à UE.

No cenário da CPE, Portugal procurou junto dos restantes estados membros incluir na agenda da UE o reforço das suas relações nomeadamente com a América Latina e com África, pretendendo o desenvolvimento política e económico deste território (Costa S. d., 2006).

Contudo, é no que remete á questão da cooperação com as suas ex-colónias, particularmente a questão de Timor-Leste, que Portugal enquanto membro ativo da CPE dá especial importância, tendo colocado por sua iniciativa a questão de Timor-Leste na agenda da CPE, bem como na agenda das Nações Unidas.

A principal preocupação de Portugal prendeu-se com o apoio a Timor-Leste na luta pela independência e no esforço pela prática dos direitos humanos dos cidadãos timorenses, concretamente a autodeterminação do seu povo. Portugal, junto da CPE desenvolveu uma campanha de sensibilização pretendendo garantir o apoio dos restantes membros de modo a alcançar uma solução para o problema timorense, tendo conseguido manter a questão de Timor como um dos temas de grande importância da CPE (Hermenegildo, 2008).

Importa referir, que em 1992 a CPE viria a transformar-se na PESC, alargando-se assim as capacidades de atuação da UE no panorama internacional, nomeadamente no campo de atuação da promoção da segurança e da defesa externa.

Deste modo, Portugal demonstrou a preocupação na manutenção da NATO como a principal instituição para o estabelecimento da segurança e defesa externa. Defendeu junto dos restantes estados membros a ideia da necessidade por parte da UE no desenvolvimento de uma política de segurança e defesa, mas que esta não deveria opor-se à atuação da NATO no cenário internacional, mas sim aceitação de mecanismo de cooperação e coordenação entre a NATO e a Política de Defesa e Segurança da UE (Freire & Brito, 2010).

Completando, a política externa portuguesa tem estado em constante desenvolvimento ao longo das últimas décadas. Durante o período ditatorial até ao ano de 1974, Portugal privilegiava uma política assente em duas vertentes: atlântica e colonial, encontrando-se apegado à vertente atlântica no que respeita à sua influência na NATO, por via de manter a sua segurança e defesa externa, e a vertente colonial, pois era prioridade do regime ditatorial a manutenção do império colonial, particularmente em África.

Todavia e com a queda do regime ditatorial português, o país viria a passar por um período de transição democrática, neste sentido e com a principal prioridade no estabelecimento de um estado democrático estável, a política externa portuguesa rompeu com a colonização levada a cabo pelo anterior regime, optando pela opção europeia, tendo em vista a integração do país enquanto estado membro, no seio da UE.

Apesar da opção pela integração europeia, Portugal não deixou de parte a vertente atlântica, continuando a fazer esforços na promoção das suas relações transatlânticas com a NATO e com os EUA.

A consolidação democrática de Portugal resultou na adesão do país à UE em 1986, definindo-se aí as principais linhas fundamentais da política externa portuguesa, sendo elas: a participação de Portugal no processo de construção europeia, o reforço das relações entre Portugal e a Aliança Atlântica, nomeadamente o reforço da sua participação na NATO, a cooperação e o reforço das relações diplomáticas com os países de língua oficial portuguesa, Angola, Brasil, Moçambique, e a prestação de auxílio às comunidades portuguesas inseridas no estrangeiro.

### **Polónia:**

Semelhante ao ocorrido em Portugal, também a Polónia passou por um período de integração europeia nos anos 90/00, tendo até então vivido durante décadas sob a governação de um regime não democrático, mais concretamente um regime comunista dependente da chefia da antiga URSS, até ao ano de 1989.

Deste modo, até 1989 o regime regente na Polónia encontrava-se económica e politicamente dependente das decisões tomadas pelo governo comunista de Moscovo, opondo-se à cooperação com os demais países do leste europeu, evidenciando o regime comunista uma total desacordo para com as políticas seguidas nos países ocidentais, ou seja, o regime apresentava-se contra a unificação europeia (Golebiowski, 1999).

Com a queda do regime comunista regente na Polónia, o país viria a passar por um processo de implementação de um modelo democrático que viria a ser consumado nos finais dos anos 80/90, auxiliando também alguns dos países do antigo bloco soviético, a recorrerem as transformações nos seus regimes governativos, optando por um modelo democrático.

Assim sendo, a Polónia perante a perda de domínio e a queda do Bloco Soviético entre 1989 e 1991 rumou em direção a um período reorientação de política externa, tendo recuperado a sua total soberania nacional (Pomorska, 2008), que havia perdido à quase cerca de quarenta décadas, sendo que durante estes mesmos anos as decisões políticas e económicas no país haviam sido coordenadas e dependendo exclusivamente do regime comunista da União Soviética.

Contextualizando, com a queda do bloco soviético e o fim da guerra fria, a Polónia sob forma a garantir a sua segurança, pois receava uma intervenção militar por parte da armada russa, pretendia também soberania e desenvolvimento económico, enveredou pelo caminho da reorganização da sua política externa.

Após 1989 a Política externa polaca passou a privilegiar a opção europeia, redigindo esforços para adesão do país na NATO e a adesão enquanto estado membro na UE, chegando mesmo a ser assinado em 1989 um Acordo Comercial e de cooperação com a União Europeia. Contudo, a formalização das negociações entre a Polónia e a UE viria apenas a iniciar-se já decorria o ano de 1990.

Em 1991 realizaram-se as primeiras eleições totalmente livres no parlamento polaco iniciando-se a criação e o desenvolvimento de uma nação soberana e a criação da estabilidade democrática da Polónia.

Com as primeiras eleições 1991 e a alteração na geopolítica que se assistia no país, o recém-eleito governo polaco tinha como grande prioridade o restabelecimento sólido da independência e democracia no país (Millard, 1992). Tendo em vista a sua consolidação democrática, a Polónia foi hábil em optar pela transformação e reorganização da sua política externa, dirigindo esforços para a concretização da integração da Polónia na esfera política internacional, concentrando-se particularmente nas questões internas e nas reformas políticas e económicas que deveriam ser consumadas, facilitando as negociações com a União Europeia.

A profunda crise social, económica e política que a Polónia assistiu durante a governação do regime comunista foi outro dos fatores importantes para a reorientação euro-atlântica da Política Externa polaca em 1991.

O principal interesse da Polónia, prendia-se com o restabelecimento das suas relações com a União Europeia com o principal intuito de ingressar como membro na União Europeia, bem como a reafirmação do país como ator internacional, a abertura da sua economia para os países do chamado “ocidente” europeu, criando assim emprego e abertura a investimentos e transferências financeiras no estrangeiro.

O desenvolvimento das suas instituições democráticas (Szczerbiak, 2012), era outros dos objetivos que o governo polaco tinha para com a redefinição da sua política externa, sendo que durante as décadas em que a Polónia tinha sido dirigida por um governo comunista a opção pela integração europeia estava longe de ser tomada como uma estratégia e prioridade do país, chegando a ser considerada como uma forma de modelo capitalista adverso para a União Soviética (Pomorska, 2008).

Porém, embora o novo governo demonstrasse ter como principal objetivo a integração da Polónia na União Europeia para a consolidação da sua democratização, o país não deixou de parte as suas linhas orientadoras de política externa, continuando assim a cooperar com os países de leste, que igualmente haviam sofrido mudanças com a queda do bloco soviético.

Estabelecendo como principal intuito a intensificação e fortalecimento das relações entre a Polónia e a União Europeia, a Polónia em conjunto com a República Checa e a Hungria apelaram junto da UE em 1992, o diálogo e o reconhecimento destes três países para se tornarem membros permanentes da UE, bem como a sua participação ativa junto da PESC. Apesar do reforço das negociações entre a Polónia e a UE, o pedido oficial de adesão á União Europeia por parte do governo polaco ira apenas ser submetido em 1994, com a assinatura do tratado de adesão.

Consumado o período de transição democrática, também a Polónia, durante o seu período de negociações com a UE, viria a sofrer transformações nas estruturas administrativas. Em 1996, o governo polaco procedeu a uma reforma administrativa, criando novas instituições como o Comité para a Integração Europeia e o Departamento do Comité com o objetivo de coordenar e participar ativamente no processo de integração europeia (Szczerki, 2014), sendo que também todos os ministérios e departamentos de



estado existentes passaram a incluir como assunto prioritário os temas relacionados com a UE.

A nível constitucional, não foram necessárias alterações, pois a constituição polaca adotada em 1997 já previa a integração da Polónia no seio da UE, tendo sido apenas apresentada uma garantia por parte do governo polaco em como conseguiria harmonizar a sua legislação de modo a serem atingidos os objetivos definidos pela UE (Kaminska, 2007).

Similarmente à intensificação das negociações entre a Polónia e a UE, também a Polónia apostou na prioridade do reforço das relações transatlânticas, nomeadamente na sua relação com os países membros da NATO, de modo a criar uma estratégia de defesa e segurança no país, que havia sido destruída após o fim do bloco soviético (Marcinkowski, 2016). Os esforços feitos pelos governos polacos resultaram em 1999 na adesão da Polónia enquanto estado membro da NATO.

O alargamento da Polónia à UE, acontece finalmente em 2004, juntamente com mais nove outros países. A integração da Polónia no seio da UE viria a demonstrar e a confirmar a transição social, democrática e política ocorrida no país ao longo da década de 90.

Neste sentido, a integração da Polónia na UE viria a criar novas oportunidades para o país, nomeadamente sua participação e integração no seio da PESC, contribuindo para a projeção e a criação de uma maior visibilidade das prioridades da política externa polaca na agenda europeia.

Neste ponto de vista, a Polónia junto da PESC uniu esforços com propósito de projetar os seus interesses nacionais na agenda da EU. Nesse seguimento, as preocupações da Polónia na entrada da PESC centraram-se na sensibilização junto dos estados membros da UE, para a promoção da democratização dos países de leste, que haviam surgido com o colapso da URSS, nomeadamente a Ucrânia e a Bielorrússia e Moldávia, de modo a evitar o domínio do governo Russo sobre estes territórios (Lima, 2012).

Neste sentido a Polónia aproveitou a sua excelente relação com os países de leste para promover junto da PESC a criação de uma Política de Vizinhança, que viria a ter como principal objetivo a cooperação entre a UE e a Europa de Leste, bem como o apoio na criação de estáveis democracias nos estados surgidos após a queda da antiga URSS.

Assim no âmbito da PESC a Polónia tornou-se o principal ator na promoção das relações entre a UE e o leste europeu (Klatt, 2011).

Sumarizando, a Política Externa Polaca apenas se começou a fazer notar após a queda do regime comunista que governava o país, sendo que até então a decisão sobre assuntos relativos à política externa estavam dependentes do governo de Moscovo.

Assim sendo, com estabelecimento de um independente e soberano estado polaco, após a queda do regime comunista, surgiram novas prioridades no que remete à política externa, nomeadamente o novo governo polaco distinguiu o reforço das relações transatlânticas e privilegiou a integração europeia da Polónia, vindo o país a integrar a NATO em 1999, o que representou a confirmação da manutenção da segurança e defesa na Polónia, e a UE em 2004, o que permitiu à Polónia a sua estabilidade e coesão enquanto país democrático.

Importa ainda referir, outra das principais vertentes da política externa polaca, se não a mais importante, a parceria oriental, ou seja a Polónia defendia a cooperação para com os países estabelecidos após a queda da antiga URSS, sendo que a Polónia enquanto membro ativo da PESC pretendeu sensibilizar os restantes estados membros para a criação de uma Política Europeia de Vizinhança, de modo a cooperar tendo em vista o desenvolvimento e a promoção da democracia e dos direitos humanos, nesses mesmos territórios, principalmente no que diz respeito à Moldávia, Ucrânia e Bielorrússia.

### **Portugal e Polónia Semelhanças no âmbito da integração Europeia:**

Conclui-se com este capítulo que, Portugal e a Polónia, embora em período históricos diferentes, após a queda dos regimes ditatoriais, partilharam um percurso semelhante na consolidação da transição democrática: a integração europeia (Teixeira, Doutoramento Honoris Causa de Radoslaw Sikorsky, 2015).

Constatou-se assim que, tanto Portugal como a Polónia, após o colapso dos seus regimes não democráticos, afastaram-se das suas linhas de política externa que tinham vindo a ser executadas.

No caso de Portugal, este abandonou a política de isolamento para com o exterior, preservando também a dimensão atlântica da política externa, como forma a garantir a sua relação enquanto estado membro da NATO, enquanto que a Polónia se afastou da desconfiança para com o ocidente europeu.

Ambos, definiram o caminho pró-europeu como um eixo principal das suas políticas externas, com o principal intuito de consolidar as recentes democracias que se haviam criado, bem como a consolidação das suas economias, que aquando da queda dos regimes democráticos se encontravam muito debilitadas.

No âmbito do período de negociações tendo como objetivo a adesão à CEE/UE, tanto Portugal como a Polónia tiveram de recorrer a reformas dos sistemas administrativos e legislativos, de modo a adaptarem-se às exigências e pressões exercidas por parte da CEE/UE.

Portugal, teve de se reajustar, criando um Comité para os Assuntos Europeus, e novos corpos diplomáticos para que fossem analisadas e implementadas as políticas legislativas da CEE. No caso da Polónia foram igualmente criadas novas instituições e novos ministérios que dessem prioridade aos assuntos europeus, com o principal objetivo de coordenar e participar ativamente no processo de integração europeia polaco.

A integração de Portugal e da Polónia na CEE/UE, permitiu que estes participassem na CPE/PESC, obrigando os países a adaptarem-se aos eixos prioritários da Política Externa europeia, possibilitando a que se alargassem as zonas de interesse das políticas externas nacionais, mas também permitia que ambos os países trouxessem para um nível europeu, ou seja, a incluir na agenda europeia, as suas principais preocupações e prioridades das políticas externas nacionais.

Deste modo, com a integração de Portugal na CEE e a sua participação na CPE, o país conseguiu ver atendidos na agenda europeia algumas questões prioritárias no campo da política externa europeia, nomeadamente, a questão de Timor-Leste, no âmbito da defesa dos direitos humanos, o reforço das relações da União europeia com África e a América Latina, neste caso em termos de apoios financeiros e económicos.

A Polónia, igualmente, com a sua integração da PESC, conseguiu trazer para o plano principal da PESC, o reforço das relações, bem o apoio na promoção de um modelo democrático e desenvolvimento económico, entre a União Europeia com os países do leste europeu, mais concretamente a Moldávia, Bielorrússia e Ucrânia

Para finalizar, importa ainda salientar, a posição de Portugal para com o alargamento da UE a leste, tendo o país demonstrado um parecer favorável, embora inicialmente o alargamento ter sido visto por com alguma desconfiança e com uma atitude

defensiva, pretendendo preservar as duas áreas principais da política externa, dimensão europeia dimensão atlântica (Gaspar, 2000).

Tendo em conta (Schukkink & Niemann, 2012), o apoio de Portugal ao alargamento da UE representava um ato de “solidariedade”, identificando-se este com a história política dos países de leste que haviam acabados de iniciar o período de transição democrática. Portugal defendia assim, que qualquer democracia no seio europeu deveria ter oportunidade de integrar enquanto estado-membro, a UE (Gaspar, 2000).

Apesar dos desafios e das consequências que o alargamento da UE acarretava para Portugal, também os PECO representam aspetos positivos para o país.

Assim, o alargamento a leste proporcionava uma maior abertura do comércio externo, prevendo um maior aumento dos fluxos económicos e comerciais. Também o facto dos PECO se caracterizarem por economias em crescente desenvolvimento, constituía para Portugal o acesso a novos destinos de investimento direto nacional, bem como novas oportunidade de negócio para as empresas e empresários portugueses (IAPMEI, 2002).

Também no que diz respeito à dimensão atlântica da Política Externa Portuguesa e a sua participação na NATO, desde o primeiro momento que Portugal demonstrou uma maior abertura no alargamento da Aliança Atlântica aos países de leste, concretamente: à Polónia, República Checa e Hungria, cooperando ativamente com os países do leste europeu no âmbito da promoção da defesa e no quadro de parceria de paz da NATO (Teixeira, Portugal e a NATO 1949-1999, 1999).

Com o alargamento da NATO aos países de centro e leste europeu, após o fim da guerra fria e a dissolução dos países comunistas, pretendia-se com a estratégia da organização e de todos os seus membros, incluindo Portugal, enfrentar e garantir a segurança dos países do Pacto de Varsóvia, no período de instabilidade sentido com a queda do comunismo a seguir a 1989 (Narciso, 1998).

## **Capítulo II – As Relações económicas e comerciais luso-polacas**

O presente capítulo pretende abordar sobretudo a estratégia portuguesa no estreitamento e progresso das relações económicas e comerciais entre Portugal e a Polónia após o alargamento a leste da UE em 2004, tendo como primeiro objetivo a análise dos fluxos comerciais e económicos, incluindo o investimento direto ocorrido entre os dois países desde a entrada da Polónia na UE até ao presente.

Por fim, faremos a caracterização do mercado polaco, procurando perceber qual foi a principal atração para o investimento de Portugal no país. Contudo será dado inicialmente um enquadramento do conceito de Diplomacia Económica e o modelo de Diplomacia Económica utilizado por Portugal no que respeita à prática da sua política externa e que em muito contribuiu para o estabelecimento das relações diplomáticas e económicas e comerciais entre Portugal e a Polónia.

### **2.1- Diplomacia Económica**

O conceito Diplomacia Económica, tem vindo a adquirir um papel de grande relevância enquanto ramo da diplomacia propriamente dita, destacando-se desde a segunda metade do século XX até à atualidade. É desde meados dos anos 80 que tem vindo a ser aprofundado o interesse pelo estudo da Diplomacia Económica por parte dos académicos de relações internacionais, anos esses em que surgiu uma nova ordem internacional e o chamado processo de globalização, aproximando as relações diplomáticas das relações económicas, tendo também os estados assumido um papel de grande importância nas suas relações económicas com o exterior.

Diplomacia Económica destaca-se por ser um tema de grande complexidade. Apesar dos inúmeros estudos sobre este tema, não há ainda uma definição consensual para o termo.

Segundo (Bayne, 2008), a Diplomacia Económica poder ser entendida como um meio em que cada estado conduz as suas relações económicas externas, mais concretamente o modo em como eles agem nas tomadas de decisões a nível nacional, bem como no modo como negociam internacionalmente. Deste modo, os estados utilizam também a Diplomacia Económica como “um dos meios de intervenção económica para alcançar os seus fins.” (Leal, 2007).

Como referido anteriormente a Diplomacia Económica tem vindo a sofrer alterações ao longo dos tempos, tendo estado também em constante evolução. De acordo com o estudo de (Silva J. R., Estados e Empresas na Economia Mundial, 2002) a Diplomacia Económica moderna delimita-se por três fases distintas:

- **1ª Fase (2ª metade do Século XIX até à I Guerra Mundial)** – A Diplomacia Económica caracterizava-se pela prática de políticas “agressivas”, nomeadamente a subordinação colonial, tendo em vista a obtenção de vantagens económicas;

- **2ª Fase (Fim da I Guerra Mundial até aos anos 70)** – A Diplomacia Económica concentrava-se nas “negociações e acordos multilaterais”, devido à queda da antiga ordem internacional e ao surgimento de uma nova ordem comercial em que era necessária a cooperação internacional. Nesta fase a Diplomacia Económica tinha como principal preocupação assuntos relacionados com o comércio, nomeadamente a proteção por parte dos estados às suas empresas e recolha de informação com o objetivo de fazer face aos requisitos dos novos mercados externos que haviam surgido (Fernandes, 2013).

- **3ª Fase (Anos 80 até à atualidade)** – A Diplomacia Económica passou a dar especial importância ao acompanhamento e estímulo das atividades das empresas, ou seja, os estados passaram a concentrar o seu interesse na prestação de auxílio junto das suas empresas no estrangeiro com o objetivo de estas se afirmarem no plano internacional e na captação de investimento estrangeiro, de modo a que os estados possam obter os seus objetivos económicos.

Atualmente a Diplomacia Económica encontra-se na sua 3ª fase, tendo-se assistido a uma profunda transformação sobretudo nos últimos 20 anos.

Os principais fatores que contribuíram para a transformação da Diplomacia Económica, bem como para o renovado interesse pelo seu estudo foram: o fim da Guerra Fria, nomeadamente a queda do Bloco Soviético e a Globalização, que desencadearam uma maior correlação entre os estados e a economia, originando alterações no âmbito da diplomacia, sendo que até então esta se definia por ser meramente bilateral e que tradicionalmente se preocupava apenas com as questões comerciais, ampliou o seu conceito passando assim a distinguir-se atualmente pela sua multilateralidade e multipolaridade (Leal, 2007).

Assim sendo, tanto o fim da Guerra Fria como a avançar da globalização originaram uma transformação da organização das relações diplomáticas passando estas

a concentrar-se na vertente económica da diplomacia, ao invés de se focarem apenas e só nas questões relacionadas com política e segurança (Joaquim, 2011).

Atualmente e graças às transformações ocorridas com a Globalização, como é o caso da liberalização das trocas comerciais, internacionalização das empresas e ao facto das questões económicas terem ganho relevância junto dos estados para promoção da sua políticas, a Diplomacia Económica passou a ser utilizada pelos estados como um importante instrumento para gerir e a proteger os seus interesses no que respeita às suas políticas externas.

Assim os estados, junto da Diplomacia Económica, passaram a dar especial atenção à prestação de apoio às suas empresas no estrangeiro, na sua abertura aos mercados estrangeiros, passando a realizar de esforços tendo em vista a atração de empresas estrangeiras a investir na sua região, e na promoção de estratégias comerciais.

A nova Diplomacia Económica, como é tratada por muitos autores, presta agora especial atenção a questões relacionadas com o comércio internacional, investimento e à cooperação tendo em vista o desenvolvimento económico dos estados (Amarei, 2014).

Neste contexto (Bergeijk & Moons, 2013), consideram a Diplomacia Económica como o método que os governos dos vários estados empregam, com o intuito de estimular o comércio, economia e o seu investimento a um patamar internacional. Utilizam assim a Diplomacia Económica para através de instituições nacionais, como é o caso dos departamentos, promover a importação e exportação, através das suas representações nacionais em diversos pontos do globo, como exemplo as embaixadas e os consulados e por fim através de atividades diplomáticas bilaterais, promovem as missões empresariais e comerciais.

Apesar de tradicionalmente e no passado os principais agentes da Diplomacia Económica serem única e exclusivamente os estados, com a predominância do conceito de Diplomacia Económica no novo mundo globalizado, e muito em causa devido à interdependência entre as diversas economias a nível mundial, a chamada nova Diplomacia Económica passou a poder contar e a desenvolver-se com novos agentes no seio das relações económicas, nomeadamente entidades não-estatais como é o caso das Organizações Não-Governamentais, entidades privadas tal como empresas multinacionais e transnacionais (Gomes, 2008).

O crescente do número de agentes no seio das relações diplomáticas económicas dos estados, permitiu assim o aumento de atividades relacionadas com a prática do desempenho da formação da política externa económica de um país, sendo que nos dias de hoje a Diplomacia Económica se encontra altamente influenciada pelas políticas nacionais dos estados.

Apesar do aumento dos agentes no seio da Diplomacia Económica, e de acordo com (Leal, 2007), cabe aos estados demonstrar um papel ativo e competitivo na promoção da Diplomacia Económica, de forma a estimular a internacionalização da sua economia, bem como das suas empresas.

Deste modo, podem identificar-se três tipos de modelos de atuação da Diplomacia Económica: a Diplomacia Económica bilateral, regional e multilateral (Galito, 2008).

No que respeita à Diplomacia Económica bilateral esta é efetuada pelos chefes de estado e de governo de um determinado país, bem como pelas embaixadas e consulados, que têm como principal objetivo fomentar o poder económico do estado que representam junto do panorama internacional. Este modelo de Diplomacia Económica determina as relações económicas e diplomáticas entre dois estados.

Já a Diplomacia Económica regional encontra-se presente na constituição de organizações económicas internacionais no âmbito regional, como por exemplo a UE, NAFTA, MERCOSUL, entre outros. O modelo de Diplomacia Económica a nível regional tem vindo a ganhar grande importância no seio da integração e cooperação regional, sendo que com a celebração de acordos entre estados de regiões específicas, promove-se o acesso à abertura de mercados, levando à remoção de barreiras, e à liberalização económica, que tornam assim mais fácil a aceitação dos interesses nacionais dos estados, quando esta ocorre no seio de um grupo regional de estados (Rashid, 2005).

Por fim, no que remete à Diplomacia Económica multilateral esta progride coletivamente entre três ou mais estados, nomeadamente através de organizações internacionais como é o caso da OMC, FMI e OCDE. Neste tipo de diplomacia os estados procuram junto das organizações internacionais conquistar benefícios para fomentarem eficazmente o apoio aos investimento das suas empresas no estrangeiro, promover a sua economia no panorama internacional e atrair investimentos por parte de empresas estrangeiras para o seu país (Farto, 2006).



Em suma, a Diplomacia Económica desenvolveu-se ao longo das últimas décadas como um importante ramo no seio da Diplomacia. Assim sendo, com o Fim da Guerra Fria e com o avançar da globalização a Diplomacia Económica tornou-se um importante instrumento ao dispor dos estados para que estes promovessem as suas políticas externas internacionalmente, pois muito em causa devido às alterações ocorridas com a globalização, as relações diplomáticas a nível mundial deixaram de se concentrar apenas em questões de segurança, passando atualmente a concertar-se em questões económicas, procurando assim os estados junto da Diplomacia Económica promover a sua estratégia económica externa.

## **2.2- A Diplomacia Económica em Portugal**

O conceito Diplomacia Económica em Portugal apenas começou a ganhar relevância no início dos anos 2000, tendo o estado português vindo a dar maior preocupação às questões económicas, devido à possibilidade de aceder a novos mercados internacionais, como forma de aumentar as suas exportações e atrair o investimento estrangeiro para o país (Joaquim, 2011).

Contudo e embora a intervenção do Estado Português no que remete às questões económicas se tenha tornado primordial nos anos 2000, se se recuar à década de 80, com a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia em 1986, foi dada pela primeira vez referência ao conceito de Diplomacia Económica por parte do Ministro dos Negócios estrangeiros do IX Governo Constitucional entre 1983-1985.

Criou-se desse modo a Direção-Geral dos Negócios Político-económicos como instituição de apoio às relações económicas entre Portugal e outros países, e que viria a fundir as anteriores direções-gerais de negócios estrangeiros existentes (Castro, 2008).

A tendência da Diplomacia Económica nestes anos era sobretudo uma diplomacia comercial, pois o comércio era o principal tema que dominava as relações económicas entre Portugal e os demais estados.

A definição da Diplomacia Económica como um dos objetivos principais da política externa portuguesa, surge, embora sem a apresentação de medidas concretas, com o XII Governo Constitucional Português, em 1991, afirmando-se ser necessário desenvolver “uma Diplomacia Económica ativa, com vista a prossecução dos objetivos políticos e económicos... no que concerne à internacionalização e à defesa dos interesses portugueses no estrangeiro.” (Constitucional, 1991).

Com a evolução da Diplomacia Económica no seio dos objetivos de política externa, surgiu assim a necessidade por parte do governo subsequente a criação de uma Nova Política de Internacionalização, através da ***Resolução do Conselho de Ministros nº 61/97***, que pretendeu a harmonização do Ministério da Económica com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (Leal, 2007), de modo a serem criadas políticas de apoio à internacionalização das empresas portuguesas.

Durante a década de 90, embora a preocupação com a promoção da Diplomacia Económica, a principal estratégia dos governos continuava ainda bastante focada apenas na internacionalização da economia portuguesa.

Apesar da preocupação com a questão da Diplomacia Económica por parte dos Governos Portugueses, esta ganha apenas especial relevância na década de 2000, nomeadamente no ano de 2002, onde o XV Governo Constitucional Português, passou a introduzir um novo modelo de Diplomacia Económica, assente em três eixos estratégicos, tendo passado a dar-se privilégio ao papel do estado no âmbito da construção europeia, nas relações com os espaços lusófonos de modo a fortalecer as relações bilaterais com outros países e na procura de novos parceiros estratégicos (Joaquim, 2011).

O novo modelo de Diplomacia Económica proposto em 2002, e aprovado em 2004, sob ***Despacho Conjunto nº 39/2004***, teve com objetivo primordial “integrar e harmonizar a rede diplomática portuguesa” (Castro, 2008), através do estudo de novas oportunidades referente ao comércio externo, investimento estrangeiro e à internacionalização das empresas portuguesas, bem como a definição de novos agentes para a promoção da Diplomacia Económica. Com o intuito de atingir este objetivo pretendeu-se articular o MNE e o Ministério da Económica de modo a serem asseguradas as questões económicas, ambos os ministérios passaram também a tutelar a atividade comercial do ICEP.

Neste novo modelo de Diplomacia Económica também os embaixadores passaram a ser responsáveis por novas funções, mais especificamente a coordenação no que respeita ao apoio prestado às empresas portuguesas, apoio na constituição de Câmaras do Comércio Bilaterais, acompanhar a ação de conselheiros económicos que estão integrados nas embaixadas. Já aos conselheiros económicos passaram a coordenar o apoio às empresas portuguesas, neste caso no que respeita à sua internacionalização.

De modo a aprofundar os esforços para a promoção da Diplomacia Económica o estado português recorreu ao envolvimento de entidades privadas, tendo sido criada o NEPE, AEP e a AIP, para agirem em cooperação com o ICEP. Ao NEPE cabia-lhe em conjunto com as Câmaras do Comércio “fomentar o crescimento, consolidar a atual base exportadora, aumentar a competitividade e diversificar o leque de destinos de exportação” (Morais, 2006).

Contudo e apesar dos esforços feitos para a promoção do novo modelos de Diplomacia Económica, este não se tornou viável, sendo que a cooperação entre as embaixadas e o ICEP ficou há quem dos objetivos pretendidos.

Com a entrada em funções do XVII Governo Constitucional em 2005, o modelo de Diplomacia Económica até então aplicado, foi alvo de diversas críticas, por parte do então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Diogo Freitas do Amaral, afirmando que o modelo em vigor não era “pura e simplesmente aplicável” (Amaral, 2006) criticando também a atuação da ICEP e a atribuição de funções desapropriadas aos embaixadores.

Deste modo, ainda em 2005 é proposta uma revisão do modelo de diplomacia económico em vigor, surgindo alterações ao nível da organização administrativa no âmbito de aplicação da Diplomacia Económica, posto isto, foi extinto o ICEP, criando-se assim a AICEP e uma Direção Geral dos Assuntos Técnicos e Económicos que tinham como principal propósito a promoção da Diplomacia Económica em conjunto com os diferentes agentes competentes (Castro, 2008).

Foi com o principal objetivo de promover o crescimento da economia portuguesa, aumentar as exportações, atrair investimento direto estrangeiro, apoiar as empresas portuguesas no que diz respeito à sua internacionalização, e promover o turismo em Portugal, que o XVII Governo Constitucional Português aprova em ***Resolução do Conselho de Ministros nº 152/2006 de 9 de Novembro de 2006***, o novo regime de funcionamento da Diplomacia Económica em Portugal.

Este novo regime de funcionamento de Diplomacia Económica portuguesa, aprovado em 2006 definiu a Diplomacia Económica como:

“Atividade desenvolvida pelo Estado e seus institutos públicos fora do território nacional, no sentido de obter os contributos indispensáveis à aceleração do crescimento económico, à criação de um clima favorável à inovação e à tecnologia, bem como à criação de novos mercados e à geração de emprego de qualidade em Portugal” (Diário da República, 2008)

Sob forma de alcançar os objetivos pretendidos o novo regime de funcionamento da Diplomacia Económica aprovou que a execução da Diplomacia Económica fosse tutelada pelo MNE em conjunto com Ministério da Economia e da Inovação, sendo que ao MNE cabiam-lhe as funções de estabelecer contactos com empresários portugueses sediados no estrangeiro, estudar as oportunidades de eventuais países de interesse para o estabelecimento de investimento português e consolidar a imagem de Portugal no estrangeiro.

Já o Ministério da Economia e da Inovação passou a trabalhar em prol da internacionalização das empresas portuguesas, estimular as exportações portuguesas e atração de Portugal como um importante destino turístico. Também este Ministério ficou com a tutela da AICEP, uma entidade pública empresarial que ficou responsável pela coordenação de projetos de investimento estrangeiro em Portugal e pela prestação de serviços com o intuito de abordar e identificar eventuais mercados de negócio estratégicos para investimento das empresas portuguesas no estrangeiro.

O interesse da Diplomacia Económica no apoio á internacionalização das empresas portuguesas no estrangeiro, volta a estar novamente em destaque entre os anos de 2009 e 2011, com o XVIII Governo Constitucional, onde foi estabelecida uma cooperação estratégica para a internacionalização em colaboração com associações empresariais, entidades públicas e instituições governamentais.

Desenvolveu-se um novo mapa de Diplomacia Económica selecionando-se parceiros estratégicos fora dos limites da UE de modo a fomentar o aumento das exportações nos mercados escolhidos. Uma Diplomacia Económica assente no apoio à internacionalização das empresas portuguesas por parte do XVIII Governo Constitucional definiu-se até 2011 como uma estratégia para o crescimento da economia nacional.

Já nos que diz respeito ao presente, a Diplomacia Económica, com o último XIX Governo Constitucional, tem ganho uma grande importância, nomeadamente ela surge como um eixo primordial na estruturação da política externa portuguesa, centrando-se como uma função primordial do estado.

Deste modo definiram-se três importantes pilares na promoção da Diplomacia Económica, nomeadamente a diversificação de mercados de investimento português, o fomento das exportações portuguesas e a atração de investimento estrangeiro em Portugal (Lusa, Setembro), bem o desenvolvimento da “Marca Portugal”.

O modelo de Diplomacia Económica atual continua a ser desenvolvido pelo MNE e o Ministério da Economia, conjuntamente com organismos públicos como é o caso do IAPMEI, Turismo de Portugal, as Embaixadas portuguesas e a AICEP.

No que diz respeito à AICEP, organismo central da Diplomacia Económica, sofreu uma reorganização passando a ter com principais funções: a promoção da imagem de Portugal a um nível internacional, criação de um fundo de emergência para empresas exportadoras, estimular o aumento das exportações e acompanhar o investimento direto português no estrangeiro, segundo ***Decreto-Lei n.º 229/2012 de 26 de Outubro de 2012***.

Também em 2012 tendo em conta a ***Resolução do Conselho de Ministros n.º 35/2012***, foi criado o Conselho Estratégico de Internacionalização da Economia com o principal propósito a articulação das matérias relacionadas com a internacionalização da economia portuguesa, e a captação de investimento estrangeiro no país com a avaliação das políticas públicas, importando ainda salientar o papel desempenhado pelas Câmaras do Comércio no desenvolvimento da economia portuguesa, promovendo junto dos seus países de residência o reforço das relações bilaterais com Portugal e o apoios às Pequenas e médias empresas portuguesas, que têm como objetivo a sua internacionalização.

Para finalizar este capítulo, a Diplomacia economia tem sofrido alterações ao longo dos últimos anos particularmente desde o fim da Guerra Fria e o desenvolvimento da globalização, sendo que as questões económicas passaram a ter uma maior importância para os estados, no âmbito da definição e reorganização das suas políticas externas. Tendo em conta a interdependência das diversas economias devido ao período da globalização, surgiram novos agentes nas relações económicas e comerciais, permitindo aos estados a promoção da sua economia junto das suas empresas.

Já no que remete a Portugal, o interesse pela Diplomacia Económica apenas se fez sentir na década de 2000, despontando o aparecimento de um Modelo de Diplomacia Económica que tinha com estratégia o desenvolvimento da economia portuguesa. Neste contexto o Modelo de Diplomacia Económica em Portugal tem como principal objetivo o crescimento da economia portuguesa, através da promoção e apoio à internacionalização das empresas portuguesas, a promoção do crescimento das exportações em Portugal, fazendo-se esforços para a atração de investimento direto estrangeiro no país, e dinamizar a imagem de Portugal no estrangeiro, e também a promoção do país como um importante destino turístico.

Neste sentido os esforços feitos para a eficácia do Modelo de Diplomacia Económica têm estado a cargo de diversas entidades públicas e privadas, nomeadamente o MNE e do Ministério da Economia, a AICEP e o IAPMEI, tendo estes agentes diplomáticos a missão de articular e por em prática os interesses da política externa económica portuguesa.

### **2.3- Enquadramento das Relações Económicas e Comerciais Luso-Polacas**

O Alargamento da UE aos países de leste ocorrido em 2004 caracterizou-se, no que concerne a Portugal, pela desconfiança e receios sentidos, aquando da entrada dos dez novos estados-membros no seio da UE.

As mudanças ocorridas após a queda da “cortina de ferro”, nomeadamente a abertura aos mercados externos e a emergência das economias nos países de leste, fez com que Portugal temesse um impacto negativo na sua economia, que passava pelo aumento da competitividade e concorrência, desvio de fluxos de investimento e deslocalização de empresas para estes mesmos países (Caetano, Galego, & Costa, 2005).

Perante as novas prioridades das relações externas da UE e sem nunca antes ter definido como estratégia o estabelecimento de relações diplomáticas com os países de leste, Portugal de modo a fazer face aos eventuais impactos negativos resultantes do novo alargamento da UE no país optou por maximizar a oportunidade surgida com alargamento a novos mercados para se internacionalizar e a apostar na criação e reforço de relações diplomáticas comerciais e económicas sólidas com os novos estados-membros.

Tendo em conta os novos estados aderentes à UE em 2004, foi a Polónia o país e o mercado pelo qual Portugal demonstrou maior interesse em internacionalizar a sua economia, o que ficou a dever-se á consequente abertura da economia polaca e ao estável crescimento económico que o país apresenta originando um fomento significativo nas relações económicas e comerciais entre os dois países.

Atualmente a Polónia afigura-se como um importante parceiro económico e o principal país da Europa de Leste para onde Portugal mais direciona o seu investimento estrangeiro.

### **2.4- As Relações económicas e comerciais entre Portugal e a Polónia**

As relações económicas e comerciais entre Portugal e a Polónia sofreram uma acentuada intensificação desde o período do alargamento da UE aos países do leste

européu, consumado em 2004. Todavia e apesar do estreitamento das relações ter-se tornado somente mais expressivo após a adesão enquanto estado-membro da Polónia à UE, a Polónia desde sempre se afirmou como um País “ a que Portugal se encontra ligado por laços políticos, económicos e comerciais que remontam ao início da nossa epopeia marítima.” (Silva, 2008).

Relembrando os anos da proclamação da independência da Polónia em 1918 e 1919 ambos os países aumentaram o esforço na conservação das ligações diplomáticas entre si, havendo a existência na altura de um consulado (Lisboa) e um vice-consulado (Porto, Madeira) com o objetivo de regular as relações entre os dois países.

No entanto, o período seguido à Segunda Guerra Mundial e as críticas exercidas por parte do governo comunista regente na polónia ao governo ditatorial que governava em Portugal vieram dificultar o relançamento das relações bilaterais entre ambos, surgindo somente novos avanços no estabelecimento das relações bilaterais, após a queda e a mudança de Política portuguesa após 1974 (MFA, Bureau of Archives and Information Management, 2014).

Porém e apesar de serem verificados registos de relações diplomáticas entre Portugal e a Polónia no passado, estas mesmas relações até 2004 nunca demonstraram ser muito expressivas, tendo mesmo as trocas económicas e comerciais registadas sido muito pouco significativas.

É assim que em 2004, e já enquanto membro da UE, que o até então Presidente da República da Polónia, Aleksander Kwaśniewski, visita oficialmente Portugal, com a principal preocupação de reforçar o relacionamento político e diplomático assim como a intenção polaca na manutenção do estabelecimento das relações luso-polacas afirmando o Presidente Polaco que:

“A Polónia vai continuar a procurar manter as melhores relações com Portugal... Acreditamos que a nossa pertença comum na grande família da UE vai abrir à Polónia e Portugal novas oportunidades, e uma cooperação aliada.”  
(Kwaśniewski, 2004)

A visita oficial do Presidente da República polaco, proporcionou ao aproximação das duas nações, muito em causa, graças à definição e partilha de objetivos comuns tanto por parte de Portugal como da Polónia, que passavam sobretudo pela valorização e esforços na concretização do projeto europeu, bem como na prioridade de domínio

comum como é o facto da presença de ambos na NATO, o que permitiria a ambos um melhor e maior relacionamento político.

As significativas mudanças na política polaca, particularmente a maior abertura ao exterior, o estável crescimento económico apresentado pelo país após a sua integração europeia, foram importantes fatores para a atração e definição da estratégia do investimento português no país, o que resultou após 2004 no próspero crescimento das exportações e do investimento português na Polónia, bem como o aumento do estabelecimento de empresas portuguesas no país, tornando-se o mercado polaco no principal e importante mercado para Portugal no seio da Europa Central e de Leste, chegando a afirmar-se como o 5º maior mercado com investimento português no estrangeiro (AICEP, 2012), o que obteve uma grande atenção por parte da Presidência Portuguesa na prestação de um maior apoio e cooperação junto das empresas portuguesas que contam com capital na Polónia.

O aumento das relações comerciais luso-polacas registado pode ser também ele justificado pela estratégia de internacionalização da economia portuguesa, nos mercados da Europa Central e de Leste, com especial atenção para o mercado polaco, chegando o Antigo Presidente da AICEP, Basílio Horta, a afirmar que a Polónia era a “Espanha do Leste” (Correia R. d., 2008), comprovando assim a importância do país para o comércio externo português.

Neste sentido, entre os principais momentos de aproximação entre Portugal e a Polónia nos últimos anos, destaca-se a deslocação do Presidente da República Português, Aníbal Cavaco Silva, numa Visita oficial de três dias à Polónia, em Setembro de 2008, e que teve como principal objetivo o apoio e o impulso para o aumento das relações económicas, empresariais, comerciais, entre Portugal e a Polónia, e a prestação de auxílio aos empresários portugueses com o propósito de consolidar o investimento no mercado polaco.

Tendo em conta a estratégia de internacionalização da economia portuguesa, o Presidente da República Português na sua deslocação à Polónia em 2008, fez-se acompanhar por uma comitiva de cerca de cinquenta empresários portugueses permitindo a sua participação no Seminário Económico e encontros empresariais, com o principal propósito de proporcionar “um estreitamento dos contactos entre empresários e altos responsáveis portugueses e polacos. E, mais ainda, ao contribuírem para um melhor



conhecimento do que se faz atualmente em Portugal e na Polónia.” (Silva, Intervenção do Presidente da República na Sessão de Encerramento do Seminário Económico, 2008).

Portugal e a Polónia são países que contam com fortes laços de amizade e cooperação, principalmente no que respeita à UE e à Aliança Atlântica, caracterizando-se também por aliados e importantes parceiros económicos (Zagrobelny;2013), sendo que no caso da Polónia, o mercado português é um mercado estratégico por este manter “laços privilegiados nos cinco continentes, nomeadamente nos países que falam português” (Silva, 2008), constituindo assim para a Polónia uma facilidade de ingressar nestes mercados onde Portugal detêm um maior experiência. Assim sendo, “a área mais promissora da parceria estratégica entre os dois países é a possibilidade de cooperação com os mercados da CPLP” (Zagrobelny;2013).

Por seu lado, também a Polónia se apresenta com um importante mercado para Portugal, afirmando-se como:

“... Um país estável, com notáveis taxas de crescimento. A sua localização geográfica, a qualificação dos seus recursos humanos, a dimensão do seu mercado e vocação para servir como plataforma para mercados geograficamente próximos, são atributos inestimáveis. Urge pois, intensificar a nossa relação económica e comercial, respondendo com dinamismo e capacidade de iniciativa, aos desafios e oportunidades.” (Silva, 2008).

No sentido de proporcionar um período favorável nos fluxos comerciais e no aumento dos fluxos de investimento entre Portugal e a Polónia, foi assinado em 2008 pelos Presidentes da República portuguesa e polaca, um acordo de cooperação económica, propondo-se a um intercâmbio tecnológico, comercial e a cooperação mutua para o investimento, esperando assim poder-se assistir a um aumento das trocas comerciais entre os dois países (MINISTER SPRAW ZAGRANICZNYCH, 2008).

A aproximação de Portugal e da Polónia nestes últimos onze anos tem sido proporcionada pelas delegações diplomáticas, mas também a AICEP e a Câmara do Comércio Polónia-Portugal têm tido um contributo muito significativo para a aproximação dos dois países, sobretudo na realização de missões empresariais, iniciativas estas que têm como principal propósito permitir aos empresários portugueses com interesse em apostar no mercado polaco, um melhor conhecimento da economia polaca, assim como o estabelecimento de contactos com eventuais parceiros de negócios.

Atualmente as relações económicas e comerciais luso-polacas e encontram-se reguladas sobretudo pelo Tratado de Adesão da Polónia com as Comunidades Europeias, de 16 de Abril de 2003 (em vigor até 1 de Maio de 2004) e nas regulações do mercado único europeu. A cooperação entre ambos os países baseia-se ainda:

- No Acordo de apoio e proteção mútua dos investimentos, de Março de 1993;
- Na Convenção para evitar a dupla tributação, de Maio de 1995;
- No Acordo de cooperação no âmbito de turismo, de Janeiro de 2003;
- No Acordo de Cooperação Científica e Técnica, de Junho de 2005.

Posto isto, ao longo dos últimos onze anos ambos os países têm feito esforços no âmbito de se constituírem como parceiros económicos, apresentando-se atualmente o mercado polaco com uma importância relevante para a economia portuguesa e tendo as relações comerciais entre ambos aumentado significativamente em apenas cinco anos, concretamente, entre 2005 as exportações portuguesas para a Polónia e representavam 178 milhões de euros, crescendo para cerca de 324 milhões de euros em 2010<sup>1</sup>.

A aproximação do governo português e polaco nestes doze anos, desde o alargamento da UE à Europa Central e Leste, permitiu posicionar a Polónia como o importante país no que refere aos fluxos comerciais portugueses, bem como o aumento da internacionalização de empresas, de grande renome, portuguesas a participar no mercado polaco, assistindo-se à significativa subida do investimento direto português na Polónia, sendo que em 2015 a Polónia posicionou-se como o 9º destino no que remete ao investimento direto estrangeiro, com uma taxa de 2,8% do total de investimentos diretos portugueses<sup>2</sup>.

Seguidamente serão analisados e descritos os dados registados ao longo destes últimos onze anos, no que refere aos fluxos comerciais luso-polaco e aos dados de investimento direto estrangeiro português na polónia, sendo também descritas os principais sectores de aposta dos empresários portugueses na Polónia.

### **Análise das Relações Comerciais Bilaterais Luso-Polacas:**

A Polónia apresenta uma posição de grande destaque no que diz respeito ao fluxo do comércio internacional português assumindo-se em 2013 como o 15º cliente de

---

<sup>1</sup> Consultar – Anexos – Anexo I

<sup>2</sup> Consultar – Anexos – Anexo II

Portugal, absorvendo aproximadamente cerca 0,93% do total de exportações realizadas por Portugal e surgindo como o 19º fornecedor de Portugal, registando uma percentagem de 0,77% do total de importações do nosso país (AICEP - Portugal Global, 2014)<sup>3</sup>.

Contudo a Polónia viria nos últimos dois anos, mais concretamente entre 2014 e o primeiro semestre de 2015 a fortalecer a sua posição de cliente no comércio internacional português, passando assim a ocupar a 14ª posição, atingindo uma quota de 0,98% e 1,09% respetivamente, no que respeita às exportações, e a colocar-se como o 17º fornecedor de Portugal no que refere às importações (AICEP- Portugal Global, 2015).

Neste sentido a relação comercial luso-polaca tem demonstrado no decorrer dos últimos 11 anos uma curiosa evolução, destacando-se dois períodos 2005-2009 e 2010-2014, tendo ambos comprovado um aumento das expedições portuguesas para a Polónia.

Durante o período de 2005 e 2009 registou-se um aumento significativo das exportações portuguesas que tinham como destino a Polónia, de 178.3 milhões de euros em 2005 para 260,9 milhões de euros registados em 2009, enquanto importações portuguesas vindas da Polónia cresceram de 2478,8 milhões de euros em 2005 para 299,1 milhões de euros em 2009<sup>4</sup>. Graças ao aumento das expedições portuguesas para a Polónia bem como das importações polacas em Portugal, Portugal quem em 2005 se apresentava como o 16º cliente da Polónia registou em 2009 um aumento para o 13º lugar, registando também o 21º lugar enquanto fornecedor em 2009 (AICEP - Portugal Global, 2010).

No que concerne ao período entre 2010 e 2014, este veio acentuar a importância do mercado polaco no que respeita ao comércio de bens, para a economia portuguesa. De acordo com a AICEP entre 2010 e 2015 a posição da Polónia enquanto cliente de Portugal subiu para a 14ª posição, tendo também o seu papel enquanto fornecedor do nosso país tenha registado a 17ª posição até ao primeiro semestre de 2015<sup>5</sup>.

Ainda no que remete às exportações portuguesas com destino a Polónia, durante o período atrás mencionado registaram um aumento significativo comprovando-se mais expressivo em 2013 com o valor de 442,3 milhões de euros. Já durante o primeiro

---

<sup>3</sup> Consultar – Anexos – Anexo III

<sup>4</sup> Consultar – Anexos - Anexo IV

<sup>5</sup> Consultar – Anexos – Anexo V

semestre de 2014 as expedições aumentaram cerca de 7.3% face ao mesmo período do ano anterior, perfazendo um total de 239,3 milhões de euros.

No que respeita às importações portuguesas tendo como origem a Polónia estas têm também assistido a um assinalável aumento (AICEP - Portugal Global, 2014). De acordo com o conselheiro comercial da Embaixada da Polónia em Lisboa, Bogdan Zagrobelny, “Ao longo destes últimos cinco anos as trocas entre os nossos dois países aumentaram 38%.” (Zagrobelny, 2015).

De acordo com o INE durante o ano de 2014, no que toca aos principais produtos transacionados para a Polónia, por parte de Portugal destacam-se as máquinas e aparelhos (25% do total de expedições portuguesas), pastas celulósicas e papel (9,9%), produtos agrícolas que representam 9,5% das exportações portuguesas para a Polónia e por fim produtos relacionados com o sector automóvel, nomeadamente veículos e outros materiais de transporte (8,2%). Neste três principais grupos de produtos exportados para a Polónia inserem-se: aparelhos recetores, fios e outros condutores e pneumáticos<sup>6</sup>.

Um dos setores que recentemente tem vindo a ganhar uma maior relevância nas exportações de produtos portugueses para a Polónia, foi o setor do calçado, sobretudo calçado de couro, tendo sido registada uma duplicação da venda dos produtos para o mercado polaco entre 2009 e 2013, e de acordo com Síntese Sectorial de Mercado Calçado de Couro – Polónia, "o setor do calçado português tem um futuro promissor na Polónia".

Semelhante ao setor do calçado, também a exportação no setor dos vinhos portugueses tem vindo a ser uma aposta no mercado polaco muito em causa graças às campanhas promocionais que têm vindo a ser feitas por cadeias de empresas portuguesas do sector agroalimentar presentes na Polónia, como é exemplo o grupo Jerónimo Martins.

No que remete aos produtos importados por Portugal tendo como origem a Polónia durante o mesmo período previamente mencionado, evidenciam-se tal como nas exportações as máquinas e aparelhos (30% do total de importações), produtos agrícolas (10,5 %) e produtos químicos (10,1%)<sup>7</sup>.

As relações comerciais entre Portugal e a Polónia apresentam assim ao longo dos últimos onze anos um ritmo constante de crescimento, contudo e embora se tenham

---

<sup>6</sup> Consultar – Anexos – Anexo VI

<sup>7</sup> Consultar – Anexos- Anexo VII

registado o aumento das exportações de bens e serviços entre os dois países, durante os últimos cinco anos registou-se um desequilíbrio nas relações comerciais entre os dois países apresentando-se a balança comercial de bens luso-polaca deficitária para Portugal. O ano 2013, foi exceção, sendo que a Balança Comercial para Portugal, registou um saldo positivo de 5,0 milhões de euros, contudo as previsões para o ano de 2015 no que respeita à Balança Comercial entre os dois países continuam a ser desfavoráveis a Portugal sendo entre Janeiro e Agosto de 2015 registou-se um saldo negativo de 20,2 milhões de euros<sup>8</sup>.

Importa porém salientar que embora o relacionamento comercial entre Portugal e a Polónia tenha registado nos últimos anos uma evolução constante e que a Polónia se encontra hoje como um importante mercado para Portugal e um dos principais destinos e clientes das exportações portuguesas de bens e serviços, já no que diz respeito à Polónia a situação é um pouco contraditória, pois enquanto parceiro económico Portugal não tem importância significativa na economia polaca, não se encontrando como um dos principais parceiros comerciais do país, ressaltando assim apenas como o 35º cliente e 40º fornecedor da Polónia em 2013 (AICEP - Portugal Global, 2014).

### **Investimento Luso-Polaco:**

A importância que o mercado polaco tem assinalado em Portugal, evidencia-se não só pelo acentuado aumento dos fluxos comerciais luso-polacos registados nos últimos anos, mas também pelo incremento do direcionamento do IDE português para a Polónia.

Por conseguinte, a Polónia identifica-se nos dias de hoje como um dos mais importantes mercados internacionais assim como o maior mercado da Europa de leste no respeitante ao investimento direto de Portugal no estrangeiro, elemento este caracterizador das relações económicas e comerciais luso-polacas e que em muito tem contribuído para o incremento da presença portuguesa na Polónia.

Atualmente Portugal apresenta-se no mercado polaco com um forte investimento nos demais e importantes setores, como é o caso do setor retalhista, grossista e na área da construção civil.

Dando relevância à questão do investimento português na Polónia, e segundo dados do Banco de Portugal<sup>9</sup> os valores de investimento entre 2009 e 2013 aumentaram de 63,8 milhões de euros para 153,5 milhões de euros. Foi no ano de 2010 que o

---

<sup>8</sup> Consultar – Anexos – Anexo VIII

<sup>9</sup> Consultar – Anexos – Anexo IV

investimento de Portugal na Polónia assinalou o valor mais elevado, cerca de 310,9 milhões de euros, porém durante o ano de 2012 registou-se um significativo decréscimo do IDE português na Polónia (129,6 milhões de euros), devido ao agravamento da crise económica mundial.

Apesar da diminuição do IDE português na Polónia, durante o ano de 2013, o país voltou a ganhar um especial destaque para Portugal, afirmando-se como o 5º maior destino recetor de IDE português, evidenciando-se a estratégia e importância dada pelas empresas portuguesas ao mercado polaco.

Em contrapartida e contrariamente ao registado com o IDE português na Polónia, os fluxos de investimento direto polaco em Portugal têm resultados muito pouco significativos, encontrando-se Portugal apenas na 35ª posição no ranking dos destinos do IDE da Polónia, sofrendo um desinvestimento na ordem de 1,7 milhões de euros e 1,2 milhões de euros em 2012 e 2013, respetivamente (AICEP - Portugal Global, 2014).

Presentemente são já muitas as empresas portuguesas que decidiram apostar na sua internacionalização para a Polónia, considerando (Leite, 2014) são já 130 as empresas com participação ativa na Polónia que contam com capital português, na sua maioria:

“As atividades das empresas portuguesas na Polónia abrangem vários setores económicos em que Portugal possui vincadas competências empresariais, como é o caso da banca, da distribuição alimentar e da construção”. (Silva, Aníbal Cavaco, 2012)

Entre os principais investidores portugueses com sucesso na Polónia afiguram-se: o grupo **Jerónimo Martins** que detém a cadeia de supermercados “Biedronka”, afirmando-se como o maior grupo retalhista a operar na Polónia, o grupo **Eurocash** que se define por ser o maior grupo grossista no país, o **Millennium BCP** que controla o “Bank Millennium” e é presentemente o 6º maior banco na Polónia, no que diz respeito ao número de ativos e balcões no país. Importa ainda salientar a presença da **EDP Renováveis** e da empresa **Martifer** no setor das energias renováveis, mais concretamente na área da energia eólica, e a presença da **Mota-Engil** no que respeita à área da construção civil.

O crescente investimento e respetiva internacionalização das empresas portuguesas para a Polónia nos últimos 5 anos prendeu-se com o facto de o mercado polaco desde 2004 ter conquistado uma relevante importância a nível internacional,

afirmando-se como um mercado competitivo assente num estável crescimento económico e apto na captação e atração de IDE.

Seguidamente serão dadas a conhecer as características do mercado polaco, bem como as oportunidades que o mercado oferece para o estabelecimento de novas empresas no país.

## **2.5- O mercado Polaco - Oportunidades**

A adesão da Polónia a 1 de Maio de 2004 como estado membro de pleno direito da União Europeia originou importantes mudanças políticas, particularmente a consolidação democrática e a definição de novas prioridades referentes à política externa, já referidas anteriormente, e importantes transformações económicas, nomeadamente a definição e implementação de uma economia de mercado, política defendida pelo governo polaco desde 1990, baseando-se no modelo de liberalização económica e na abertura e incentivo ao investimento estrangeiro no país, ou seja, a Polónia tornou-se num mercado liberal descrito pela sua competitividade a nível internacional (ORŁOWSKI, 2011), sendo considerada atualmente como um dos importantes atores políticos e económicos no seio da UE bem como um mercado repleto de oportunidades no que respeita às áreas de investimento e negócio.

O Mercado polaco com uma população de cerca de 38.5 milhões de habitantes, apresenta uma das forças laborais mais jovens da Europa, sobressaindo pelo seu dinâmico e crescente mercado doméstico, afirmando-se como um dos maiores países a nível internacional, sendo o 33º maior país do mundo (Ministry of Treasury of Poland, 2015), e o sexto maior da UE.

Perfilando-se como um mercado de grande dimensão, e como já mencionado, por uma estrutura populacional jovem, este distingue-se pela sua potencialidade no que respeita ao elevado nível de qualificação e formação académica, associando-se assim com custos laborais médio-baixos e com uma elevada competitividade do mercado polaco, conferindo uma maior atratividade no que remete ao investimento estrangeiro no mercado polaco.

O mercado polaco beneficia da excelente situação geográfica, situado no “coração da europa”, entre os grandes mercados e as principais rotas comerciais da Europa Ocidental (Alemanha) e da Europa Oriental (Rússia, Ucrânia), demonstra o potencial de

investimento no país, surgindo como uma plataforma estratégica no acesso aos demais mercados emergentes do leste europeu.

A partir do ano de 2003 e ao longo da última década a economia polaca tem vindo a ser cada vez mais caracterizada por um sólido e estável crescimento económico, fator este que a transformou numa das economias mais dinâmicas da UE e economia mais atrativa dos países da Europa de Leste.

A imagem da Polónia aos olhos dos restantes estados-membros da UE melhorou, muito em causa graças ao bom ambiente de negócio e competitividade que o país passou a oferecer, incentivando o investimento e a entrada de investidores estrangeiros. Neste sentido, a economia polaca que entre o período de 2000-2003 registava uma taxa de Produto Interno Bruto (PIB) de cerca de 2.7%, viu o seu crescimento aumentar para 5.5% em 2004, tendo como principais fatores responsáveis para o acentuado aumento do PIB, a acentuada procura e consumo interno, sendo que a Polónia produz cerca de 40% do seu PIB (PalilZ, 2012), aumento da produtividade que consequentemente gerou um crescimento no número de exportações e de investimento registado no país, também o acesso aos fundos estruturais da UE determinou-se um importante fator para impulso da economia polaca.

Constata-se que durante os primeiros cinco anos da adesão da Polónia na UE, o sustentável desenvolvimento económico do país ficou a dever-se, sobretudo no que respeita aos anos 2005 e 2006, à procura de investimento registado no país e um segundo fator associado ao consumo interno (Department of Analyses and Strategies - Office of the Committe for European Integration, 2009).

Uma vez integrado enquanto estado-membro da UE e a resultante abertura do mercado polaco ao estrangeiro, deixou a Polónia exposta aos eventuais choques económicos que pudessem ocorrer (Szczerbiak, 2012).

Com efeito, a crise económico-financeira ocorrida em finais de 2008 teve impactos negativos na maioria das economias mundiais não passando despercebida no que respeita ao crescimento económico polaco, assistindo-se no ano de 2009 à desaceleração da taxa de crescimento polaca para 1.6% (AICEP - Portugal Global, 2014). A desaceleração da taxa de crescimento polaca deveu-se à redução dos fluxos de investimento e da procura externa gerando uma diminuição no que respeita às exportações e fluxos de comércio.



Contudo e embora taxa de crescimento registada na Polónia em 2009 tenha assinalado uma drástica desaceleração, no seio da UE, a Polónia distinguiu-se como sendo o único estado-membro com capacidade de evitar uma recessão económica, tendo sido o único a registar um crescimento do PIB nesse mesmo ano.

Apesar da redução dos fluxos de investimentos ocorridos, o consumo doméstico embora tenha sofrido uma diminuição, graças ao grande mercado doméstico conseguiu assinalar uma taxa positiva, enquanto o investimento privado havia decrescido, por sua vez a Polónia conseguiu fazer aumentar o investimento público graças aos fundos estruturais e de coesão recebidos por parte da UE (ORŁOWSKI, 2011) Por fim, a desvalorização da moeda (zloty) permitiu ao mercado polaco assegurar o positivo crescimento económico ao contrário do que sucedeu nas restantes economias dos estados-membros da UE.

Porém e ainda o abrandamento económico registado no período de crise mundial, a Polónia conseguiu evitar uma recessão económica no país, sendo que no período seguinte entre 2010-2011 assistiu a uma recuperação económica, assinalando-se um crescimento de cerca de 4% (ORŁOWSKI, 2011) tendência essa que tem sido mantida nos restantes anos até ao último ano 2014.

Neste sentido, o mercado polaco em termos económicos demonstrou uma sustentável estabilidade, verificando-se no país o crescimento mais rápido dos restantes países membros da UE, capaz de resistir a choques económicos que em grande modo afetaram a economia mundial.

Contando com um diversificado mercado, e a oportunidade de investimento em sectores ainda por desenvolver, a Polónia no que respeita à captação de investimento estrangeiro, é um dos mercados mais atrativos, não só pelos fatores já enunciados – localização estratégica, estável situação económica, grande mercado doméstico com mão-de-obra altamente qualificada e custos laborais reduzidos – mas também pela política de incentivos concedidos pelos governos polacos ao longo da última década.

No que remete aos incentivos á captação de investimento no mercado polaco, estes assentam na melhoria dos regulamentos financeiros como forma de se adaptar às necessidades dos investidores, tendo sido criada em 2004 uma lei de livre acesso á atividade económica com o principal objetivo de simplificar e facilitar no acesso ao começo de uma atividade económica do país, oferecendo a possibilidade do potencial

investidor aceder a apoios financeiros e isenções fiscais que variam de acordo com o capital envolvido bem como a criação de número de postos de trabalho (Millennium BCP, 2013).

Neste sentido, o mercado polaco tem vindo ao longo da última década a demonstrar ser um importante e competitivo mercado a nível internacional bem como um dos mercados mais atrativos para o investimento estrangeiro, este facto deve-se á estabilidade política e económica alcançada muito em causa devido à política de liberalização de mercado que tem vindo a ser seguida, á localização estratégica da Polónia, vasto mercado doméstico com cerca de 38,5 milhões de consumidores, á qualificação, formação e baixo custo da mão-de-obra, e sobretudo á grande diversidade económica que permite o investimento estrangeiro em sectores ainda não desenvolvidos.

Assim sendo, conclui-se com a realização deste capítulo, a afirmação da Polónia como um importante e estratégico parceiro económico e comercial de Portugal, assumindo-se também o mercado polaco como o maior e mais importante mercado da Europa de Leste no que respeita ao destino de IDE português, o que resultou nos últimos anos, mais propriamente desde a integração da Polónia na UE em 2004, no estreitamento das relações diplomáticas, comerciais e económicas entre os dois países.

O novo modelo de Diplomacia Económica que prevalece atualmente em Portugal, e que se caracteriza pelo apoio da internacionalização das empresas portuguesas, promove o aumento das exportações, sendo que para tal as instituições diplomáticas têm um papel preponderante no auxílio à implementação de empresas portuguesas nos países onde se estas se inserem, tal modelo de diplomacia economia ajudou do fortalecimento das relações comerciais entre Portugal e a Polónia, tendo sido realizadas ao longo dos anos diversas missões empresariais, visitas oficiais por parte do estado Português e Polaco, de modo a unirem esforços no crescimento das relações comerciais entre si.

Deste modo, as relações comerciais entre Portugal e a Polónia assistiram a um significativo aumento, no que refere às importações e exportações de bens e serviços, ao longo dos últimos 11 anos, sobressaindo a Polónia como o 14º cliente de Portugal em 2014, sendo que entre 2005 e 2014 as exportações portuguesas para o território polaco cresceram de 178,252 milhões de euros para 473,2 milhões de euros, tendo-se assistido apenas a um decréscimo entre 2008 e 2009 aquando da crise económica mundial.

Dos significativos aumentos das exportações de produtos portugueses para a Polónia destacam-se máquinas e aparelhos e produtos agrícolas.

Contudo e apesar do crescimento das exportações de produtos portugueses para a Polónia, no que remete à Polónia os números de exportação para Portugal ainda são muito pouco acentuados, constatando-se ao longo dos anos uma balança comercial deficitária para Portugal, com exceção do ano de 2013, em que o saldo da balança comercial registou uma percentagem positiva de 5%.

Já no que remete ao investimento direto entre ambos os países tem também ele registado um aumento gradual, o investimento direto português na Polónia este registou a sua maior marca no ano de 2013, tendo sido investidos no país 153,3 milhões de euros. Tal como se verificou na balança comercial entre Portugal e a Polónia, também os números de investimento polaco em Portugal se têm verificado muito pouco relativos.

Atualmente existem já na Polónia cerca de 130 empresas portuguesas com um papel ativo no mercado polaco, pertencendo sobretudo ao setor da banca, alimentar, grossista e setor da construção. Deste leque de setores as empresas com maior notoriedade na Polónia são: o grupo Jerónimo Martins, Eurocash, Bank Millennium, BESI, BA Vidro, EDP Renováveis, Martifer, entre outras.

Em suma, o crescente investimento por parte das empresas portuguesas para a deslocalização da sua economia, deveu-se não só aos estímulos e apoios que a nova Diplomacia Económica veio proporcionar mas também às oportunidades de negócio que o mercado polaco propícia, apresentando-se este mercado nos últimos anos com um sólido crescimento económico, tendo resistido aos choques externos que se registaram na economia a nível global, pertencendo-lhe um stock humano muito qualificado e sobretudo jovem, a própria posição estratégica do mercado polaco, que permite a novos investidores uma plataforma estratégica que lhes permite aceder aos restantes mercados do leste europeu. (AICEP - PORTUGAL GLOBAL, 2012).



### **Capítulo III – Estágio realizado na Câmara do Comércio Polónia-Portugal**

O presente relatório de estágio resulta assim de um estágio realizado na Câmara do Comércio Polónia - Portugal durante o período de 1 de Outubro de 2013 e 28 de Fevereiro de 2014, cuja duração foi de 800 horas, perfazendo um total de 8 horas diárias.

Emerge como parte integrante do segundo ano do mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, tendo incidido na temática das Relações Internacionais, mais precisamente na temática do estabelecimento das relações económicas e comerciais entre Portugal e a Polónia, bem como nos esforços feitos da Câmara do Comércio Polónia – Portugal no suporte e apoio a empresas com o intuito de investir no mercado português e polaco, tendo as atividades desempenhadas ao longo dos seis meses como principal base o desenvolvimento de competências profissionais, que possibilitaram pôr em prática os ensinamentos adquiridos aquando do primeiro ano do mestrado (componentes letivas).

O principal incentivo para a escolha da componente não letiva ter recaído na elaboração de relatório de estágio com formação na Câmara do Comércio Polónia Portugal, prendeu-se na verdade ao facto de já ter vivido, embora que num período curto (6 meses), na Polónia, convivendo com a cultura e realidade polaca, o que engrandeceu o interesse no estudo da política e relações diplomáticas do país, concretamente no conhecimento das relações económicas e comerciais entre Portugal e a Polónia.

O presente capítulo do relatório de estágio será demarcado por três subcapítulos, sendo que no primeiro será dado a conhecer a entidade de acolhimento, e neste caso a PPCC, no segundo onde serão descritas as atividades por mim desempenhadas ao longo dos seis meses de estágio que permitiram o engrandecimento do conhecimento dos métodos e atividades desempenhadas pela PPCC para o desenvolvimentos das relações económicas e comerciais entre Portugal e a Polónia, e por fim no terceiro subcapítulo será feita uma breve análise crítica sobre a instituição de acolhimento.

### 3.1- Caracterização da entidade acolhedora

#### A Câmara do Comércio Polónia-Portugal (PPCC)



Fig.1 – Logótipo da PPCC

As Câmaras do Comércio são instituições sem fins lucrativos com principal finalidade na promoção e dinamização de oportunidades de negócio, comércio e indústria nas comunidades onde se inserem e nos países que representam, sendo constituídas por membros voluntários, nomeadamente empresários, exportadores e empresas públicas ou privadas. Estas instituições partilham a mesma missão, que passa pelo fomento do bem-estar económico dos seus membros, fornecendo serviços de qualidade com o intuito de proteger, representar os interesses e melhorar a competitividade dos seus membros nos negócios em que estes se encontram inseridos (Jansen, 2011).

A **Câmara do Comércio Polónia-Portugal** (adiante denomina **PPCC** sendo a sigla de Polis- Portuguese Chamber of Commerce) foi também ela fundada com o mesmo propósito e missão, mais especificamente no apoio à dinamização das relações comerciais entre Portugal e a Polónia.

Estabelecida a 6 de Março de 2008, a PPCC, afirma-se por ser uma instituição privada e não-governamental, tendo como principal propósito a promoção e dinamização das relações económicas, empresariais e comerciais entre Portugal e a Polónia, sendo que para que tal objetivo seja alcançado, o seu trabalho passa pela atração quer de investidores portugueses quer de investidores polacos, como meio de facilitar a competitividade do sector privado, o que leva á dinamização das relações económicas e comerciais entre os dois países, devido ao fácil acesso a novos mercados.

Citando Tiago Costa (Secretário – Geral da PPCC entre 2008-2014):

“A Câmara de Comércio tem desenvolvido um trabalho muito próximo com as empresas portuguesas e polacas, procurando apoiar as mesmas na identificação de novas oportunidades de negócio, aumentar a sua visibilidade, criação de uma rede contactos forte, representação institucional e promoção de investimentos na Polónia e em Portugal” (Costa T. , 2013)

Afirmando-se como uma organização totalmente independente e não-governamental, a PPCC apenas obtém financiamento a partir das receitas das taxas de adesão dos associados da Câmara, receitas das suas operações de negócios, subsídios e donativos, heranças, legados por pessoas singulares ou instituições.

A Missão da PPCC passa essencialmente pela prestação de serviços e interesses aos seus membros associados, através da disponibilização de informação de alta qualidade respeitante a ambos os mercados, polaco e português, organização de eventos, know-how, execução de estudos e relatórios sectoriais, trabalhando assim em parceria com entidades e organismos relacionados com o governo polaco e português. As ações executadas pela PPCC são particularmente adaptadas com o objetivo de promover e proteger os interesses dos seus associados, e instigar associações governamentais e indústrias para questões que possibilitem o contato com os associados.

Importa salientar e no que remete para a organização administrativa da PPCC, esta é composta por dois principais órgãos governativos: a **Assembleia Geral (AG)** e o **Conselho de Administração (CA)**<sup>10</sup>.

**Assembleia Geral** distingue-se por ser o órgão supremo da PPCC, reúne uma vez por ano, todos os anos, sendo convocada pelo Conselho de Administração, tem como competências fundamentais: a eleição e/ou demissão dos membros pertencentes ao Conselho de Administração, nomeação de um auditor certificado, aprovação do plano de atividades e adoção de leis para o funcionamento da AG, tomada de decisões sobre os direitos, deveres e divisão de tarefas dos membros do Conselho de Administração, aprovação o orçamento anual da PPCC bem como das taxas de adesão dos associados á PPCC. A AG apenas está autorizada a adotar as medidas anteriormente mencionadas, caso estas sejam matérias que constem na agenda da AG e caso estejam presentes presente pelo menos metade do número dos membros associados á PPCC.

O **Conselho de Administração** define-se por ser o órgão executivo direcionado para as operações de atividades e serviços desempenhados diariamente na Câmara, reunindo-se uma vez por mês, tendo como principal finalidade a realização das deliberações aprovadas pela AG. O **CA** é composto por 7 membros: um Presidente do Conselho de Administração, três vice-presidentes e três membros, todos eles eleitos

---

<sup>10</sup> Informações sobre os estatutos da PPCC:  
[http://www.ppcc.pl/lang/Statutes\\_PPCC\\_pt.pdf](http://www.ppcc.pl/lang/Statutes_PPCC_pt.pdf)

aquando da AG, por todos os membros associados da PPCC, por um mandato de dois anos. As decisões tomadas pelo CA apenas são reconhecidas aquando de uma maioria de votos, na presença de pelo menos dois dos seus membros. As principais competências do CA qualificam-se pela representação da PPCC nas suas relações externas, aprovação de novos membros associados, gestão das operações day-to-day, passando também pela definição dos princípios para o financiamento da Câmara do Comércio.

A PPCC é ainda composta por um Secretary's Office, que é constituído por numa equipa administrativa composta por um Secretário-geral, Operation Manager e um Office Manager com o principal objetivo de proceder á execução do plano de atividades da PPCC.

A PPCC conta igualmente com um Virtual Office, situado no escritório da sua sede em Varsóvia, que tem vindo a ser desenvolvido como um serviço de incubação no apoio às empresas portuguesas que numa fase inicial pretendem investir no mercado polaco e às empresas polacas em fase de início de atividade. O Virtual Office oferece a possibilidade às empresas de disporem da utilização de um espaço físico com acesso a serviços de escritório, acesso a sala de conferências para organização de reuniões, possibilidade de registo da morada da empresa e na receção de correspondência empresarial<sup>11</sup>. Até ao momento o Virtual Office prestou serviço de incubação a empresas como a Parfois, Sistrade, Glintt, Mind Source, BF Grupo e ao grupo Moja Farmacja.

Fundada em 2008 na capital da Polónia, Varsóvia, e contando apenas com 8 anos de existência, a PPCC tem vindo ao longo dos anos a adquirir uma significativa importância a nível internacional, uma vez que sobressai como sendo 6ª maior Câmara do Comércio com sede na Polónia, juntamente com a Alemanha, Grã-Bretanha e França, a 3ª maior Câmara do Comércio Portuguesa com representação na Europa e por último a 4ª maior Câmara do Comércio Portuguesa com representação a nível mundial, contando e até ao final do ano de 2014 com um total de 250 membros associados, entre eles pequenas e grandes empresas de renome polacas (BAKOMA, SOKOŁÓW, Mlekowita) e portuguesas (Jerónimo Martins, Mota-Engil, Millennium Bank e EDP Renováveis), entre outras<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> Informações sobre o Virtual Office da PPCC (ofertas):  
<http://www.ciep.pt/attachments/article/169/VOPPPCC.pdf>

<sup>12</sup> Informações gerais sobre a PPCC:  
[http://www.ppcc.pl/uploads/docs/PREZENTACJA%20INSTYTUCJONALNA%20PPCC\\_5.pdf](http://www.ppcc.pl/uploads/docs/PREZENTACJA%20INSTYTUCJONALNA%20PPCC_5.pdf)



A PPCC na Polónia, não se encontra apenas representada em Varsóvia, mas sim em mais 7 capitais de distrito de regiões polacas, sendo elas Lublin, Poznan, Lódz, Woclaw, Katotice, Krakow e Gdansk.

Os representantes da PPCC nestas diferentes regiões têm um importante papel na promoção e organização de eventos da PPCC nas regiões, na cooperação com entidades oficiais, incluindo outras representações de Câmaras de Comércio, e cooperação com associações económicas locais, apostar no apoio aos membros da PPCC, bem como o seu desenvolvimento, apoiando e promovendo assim um eficaz networking quer entre empresários polacos quer portugueses.

Recentemente, e desde finais do ano de 2013 que a PPCC passou a contar com representação a nível internacional, nomeadamente nas capitais de alguns países da Europa central e oriental, sendo eles: República Checa, Estónia, Letónia, Hungria, Ucrânia e Eslováquia, detêm representantes na América do Sul, mais concretamente na Colômbia e nos países de língua oficial portuguesa Brasil, Angola e Moçambique.

Respetivamente aos representantes da PPCC nestes países a sua principal função, e como já referido anteriormente, passa pela cooperação com associações de negócios locais, missões diplomáticas, contacto com entidades oficiais e representação internacional de outras Câmaras do Comércio, apoios á Agência de Investimento Estrangeiro, apoios aos associados da PPCC, bem como a investidores a nível regional, promovendo-lhes assim a facilidade no acesso a informações económicas e de negócios.

Importa referir que no decorrer do ano de 2015, a PPCC foi eleita a Melhor Câmara do Comércio Bilateral Portuguesa no Mundo, em Reunião Anual das Câmaras do Comércio Portuguesas, graças aos resultados obtidos ao longo do ano de 2014, no apoio á internacionalização das empresas portuguesas, atração de investimento direto estrangeiro e na propaganda da imagem portuguesa na Polónia<sup>13</sup>.

Sob forma de cumprir a missão a que se propõe, a prestação de serviços e atividades, a PPCC assenta em três diferentes pilares de atividade; nomeadamente o pilar

---

<sup>13</sup> Consultar:

<http://portugalglobal.pt/PT/PortugalNews/Paginas/NewDetail.aspx?newId=%7B30B51A5F-3D0A-4125-B70C-535B204A2EEE%7D>

intitulado contacto e eventos, o da comunicação e por fim da consultoria e lobbying, que a seguir ordenadamente serão apresentadas as suas decomposições:

### **Pilares de Atividade da PPCC:**

#### **1. Contactos e Eventos**

- Eventos conjuntos com outras Câmaras do Comércio e Associações empresariais;
- Eventos Networking;
- Seminários e Conferencias;
- Business Breakfast;
- Organização de sessões com a Embaixadora Portuguesa na Polónia.

#### **2. Comunicação (Divulgação de informação aos associados através:)**

- Informação Sectorial;
- Newsletters; Clipping e Website;
- Diretório Anual com os Membros PPCC;
- Descontos para membros.

#### **3. Consultoria e Lobbying**

- Organização de missões Empresariais;
- Procura de parceiros de negócios;
- Serviços de tradução;
- Aluguer de salas de conferências;
- Incubadora de Empresas (Virtual Office);
- Contactos com autoridades locais;
- Comités em sectores específicos: Energia, Turismo, “Flavours of Portugal”, Exportações, bens imóveis, estando cada um deste comités a cargo e sob orientação de um dos membros do quadro da PPCC.

Os pilares de funcionamento da Câmara do Comércio Polónia Portugal acima apresentados representam as tarefas quotidianas da equipa administrativa que compõe a Câmara, equipa da qual fiz parte integrante durante os seis meses de estágio.

### **3.2- Atividades desempenhadas na PPCC**

O processo de integração aquando da minha chegada a Varsóvia por parte da equipa da PPCC ocorreu da melhor forma, mostrando-se toda a equipa prontamente disponível para qualquer informação e esclarecimento de dúvidas que poderiam surgir ao longo do decorrer do estágio.

Durante o meu primeiro dia de estágio foi realizada uma reunião com a presença do Secretário-geral, Dr. Tiago Costa e neste caso, meu orientador na instituição, a Operations Manager, a Dr.<sup>a</sup> Gosia Kuranowska e a Office Manager, Dr.<sup>a</sup> Weronika Gwiazda, com o propósito de me ser dado a conhecer o modo de funcionamento da PPCC, tendo sido explicados quais os seus principais objetivos, missões e atividades day-to-day desempenhadas pela PPCC, esclarecendo-me e apresentando a constituição da PPCC no que refere aos membros que a ela se associam. Nesta mesma reunião de acolhimento foram-me também concedidas as principais atividades que deveria ter de desempenhar no decorrer dos seis meses de estágio.

Resumidamente, as principais atividades por mim desenvolvidas iriam passar pelo apoio á Office Manager – Dr.<sup>a</sup> Weronika Gwiazda, auxílio na organização de eventos patrocinados e coordenados pela PPCC, elaboração de pesquisas de mercado e listas de contactos, tarefa esta que me permitiu ter um maior contacto com o mercado polaco e o mercado português, nomeadamente com sectores e empresas polacas e portuguesas que pretendem internacionalizar-se para um dos mercados referidos, traduções necessárias pedidas por membros da Câmara ou por outras entidades, atividades de networking e ainda tarefas no âmbito do suporte administrativo.

Neste sentido ao longo dos seis meses em que estagiei na PPCC, muitas foram as diversas atividades que desempenhei tendo em vista os objetivos a que me tinha proposto para a realização da componente não letiva e que irei seguidamente descrever detalhadamente.

#### **Atividades Day-to-Day:**

Durante os seis meses de estágio na PPCC, os meus dias começavam com as tarefas que me tinham sido atribuídas referentes à estratégia de comunicação da PPCC,

sendo que diariamente cabia-me a realização da revista de imprensa, que consistia num clipping diário, em que consultava as notícias relacionadas com economia, política e turismo com maior relevância do dia-a-dia nos jornais e outros meios de comunicação polacos e portugueses e posteriormente eram colocadas no web site da PPCC, sob modo de serem divulgadas aos associados da PPCC. Coube-me também a gestão das redes sociais, nomeadamente a atualização do perfil da PPCC na rede social Facebook e twitter, tinha como função a divulgação de eventos e seminários que se iriam realizar e eram divulgadas notícias referentes à cultura e promoção do turismo em Portugal e na Polónia.

Também no início de estágio me foi atribuída a função de desenvolver em conjunto com a Dr.<sup>a</sup> Weronika Gwiazda a Newsletter mensal da PPCC, que constituía uma ferramenta fundamental de comunicação entre a PPCC e os seus parceiros<sup>14</sup>.

Para a elaboração das Newsletter mensais competia-me a compilação e redação dos eventos organizados pela PPCC no mês correspondente, assim como a pesquisa de conteúdos informativos referentes aos assuntos políticos e económicos portugueses e polacos, e por fim compilação de informação e notícias enviada pelos associados da PPCC, que pretendiam a sua divulgação, tinha também como objetivo dar a conhecer os novos membros associados da PPCC. Após concluídas as Newsletters eram enviadas no final de cada mês para os membros e respeitantes associados da PPCC.

Tendo em conta a representação da PPCC a nível internacional, ou seja, em regiões específicas, como mencionado anteriormente, a PPCC optou pela criação, graças à crescente procura por parte de empresários portugueses e polacos de novos mercados de negócios, uma nova plataforma de comunicação inteiramente dedicada às atividades realizadas nas regiões onde a PPCC se encontra representada, a Newsletter Regional.

Semelhante às minhas funções na realização da Newsletter mensal da PPCC, para a elaboração desta nova Newsletter, coube-me em conjunto com a minha colega, a elaboração do layout da Newsletter, pesquisa de notícias sobre as regiões e a compilação dos eventos organizados em parceria com a PPCC nessas mesmas regiões como é o caso de Gdansk, Poznan, Moçambique, Angola, entre outros. Contudo a primeira publicação na nova Newsletter Regional só viria a efetuar-se em Março de 2014.

Assim sendo, as atividades no âmbito da estratégia de comunicação da PPCC, desempenhadas por mim, e acabadas de descrever, permitiram que desenvolvesse e

---

<sup>14</sup> Consultar- Anexos – Anexo X

melhorasse as minhas capacidades de tradução, visto as newsletters e notícias publicadas serem maioritariamente redigidas em inglês, e consolidando assim um papel importante para o meu desenvolvimento a nível comunicacional.

Ao longo dos seis meses em que estagiei na PPCC para além das tarefas diárias de âmbito comunicacional foi-me também dada a responsabilidade de dar resposta aos pedidos de informação solicitados por empresas portuguesas e polacas, bem como a colaboração na elaboração de pesquisas de mercado e de listas de contactos, resposta a pedidos de emprego e ofertas de emprego.

Estas funções designaram-se por ser as mais importantes funções desempenhadas ao longo do estágio, tendo em vista uma maior compreensão do interesse económico e comercial entre Portugal e a Polónia, bem como o tipo de serviços prestados pela PPCC no apoio aos empresários portugueses e polacos.

No que respeita aos pedidos para a elaboração de pesquisas de mercado e lista de eventuais parceiros de negócios, estes inseriam-se no âmbito do apoio por parte da PPCC à internacionalização e exportação quer de empresas portuguesas quer de empresas polacas.

A maioria dos pedidos de pesquisas de mercado recebidos no decorrer dos seis meses de estágio eram enviados para a PPCC via email, sendo que a minha principal função se prendia com a procura e a entrada em contacto com eventuais parceiros de negócios do sector onde as empresas se inseriam.

Contudo e tendo em conta a dificuldade de comunicação da minha parte no uso da língua polaca, fiquei responsável por dar resposta maioritariamente aos pedidos que surgiam por parte de empresas polacas no que diz respeito ao seu interesse de investimento e exportação para o mercado português, visto ser mais acessível o diálogo com eventuais parceiros portugueses, embora sempre que necessário dava apoio à colega responsável por dar resposta aos pedidos de empresas portuguesas.

Inicialmente e assim que recebia algum pedido por parte de empresas polacas a solicitar informação sobre eventuais parceiros de negócios, primeiro e dependendo do sector onde estas empresas se enquadravam, tinha como função aceder à base de dados da PPCC, de modo a perceber se existia já uma lista de contactos e se esta se encontrava atualizada. Porém e na maioria dos pedidos solicitados a PPCC não adquire qualquer lista de contactos, estando assim a meu cargo a procura de potenciais parceiros.

Para que fosse possível a elaboração da lista de contactos, primeiramente entrava em contacto com a AICEP, a delegação presente em Varsóvia, onde solicitava eventuais empresas portuguesas interessadas na receção de produtos e investimento polaco, sempre que tal se tornava insuficiente, elaborava autonomamente uma lista de pesquisa de eventuais parceiros através de pesquisa na Internet.

Aquando da finalização da elaboração da listas de contactos, enviava a mesma via email para a entidade que havia solicitado o pedido, contudo quando nos era solicitado o contacto direto com os eventuais parceiros de negócios, essa função já não me competia, sendo que enviava o contacto direto dos outros membros da PPCC responsáveis por serem os interlocutores entre os parceiros e as empresas interessadas em exportar e difundir os seus produtos.

Particularmente, a maioria das empresas polacas das quais recebi pedidos de apoio à exportação dos seus produtos, incluíam-se no núcleo de Pequenas e Médias empresas, preferencialmente do sector da construção civil, e da indústria têxtil. Sem exceção todas as empresas que contactaram a PPCC tinham com principal objetivo a procura de distribuidores e clientes que pudessem vender os seus produtos em Portugal, destacando no âmbito de setor da indústria têxtil, empresas sobretudo ligadas ao calçado e aos bordados, e no âmbito da construção civil, empresas ligadas ao ramo da fabricação de portas e janelas, sector este altamente qualificado na Polónia.

Destaco igualmente a minha colaboração na elaboração de Pesquisas de Mercados. A PPCC recebia sobretudo pedidos para a elaboração de pesquisas de mercado por parte de empresas portuguesas, que tinham como principal objetivo o investimento no mercado polaco.

Neste sentido, em conjunto com a minha colega, a função inicial era analisar perfil da entidade que nos havia contactado, e quais os seus principais objetivos na sua inserção no mercado polaco. Esta análise era feita em contacto via email com a empresa que nos havia solicitado a pesquisa, de modo a definirmos qual o publico alvo, e o setor onde esta se inseria. Após a análise e a definição do perfil caracterizador da empresa, e dependendo do setor a que esta pertencia, procurava junto das principais em Associações, instituições entidades públicas (PAILZ) responsáveis pela dinamização dos diferentes setores de negócio polacos, investigar sobre estudos setoriais de modo a compilar informação relevante para responder aos pedidos de informação solicitados junto da PPCC.

A grande maioria dos pedidos de pesquisa de mercado recebidos pela PPCC durante os meus seis meses de estágio provinham sobretudo de empresas do ramo da indústria e do sector agroalimentar, tendo na sua maioria o interesse em perceber o método de como abordar o mercado polaco e quais as suas principais características, nomeadamente normas jurídicas e métodos de funcionamento do mercado de trabalho.

Para dar uma resposta proveitosa aos pedidos solicitados era elaborado um documento onde continha informação relevante sobre o setor pretendido, nomeadamente dados estatísticos, e definição das principais regiões para a aposta no setor, bem como uma descrição detalhada sobre a Polónia, mais especificamente dados económicos e principais incentivos financeiros por parte do governo polaco no que remete ao investimento estrangeiro no país.

Ainda no que refere aos demais pedidos enviados à PPCC encontram-se pedidos de procura de emprego. Nestes pedidos a minha função prendia-se com a análise dos currículos enviados em virtude de corresponderem às características das ofertas de emprego enviadas pelas demais entidades para a PPCC. No caso de algum pedido de emprego corresponder às características pretendidas pelas ofertas de emprego, enviava as informações adicionais à pessoa e empresa em questão. Estava também a meu cargo a divulgação na web site da Câmara as ofertas de emprego que eram remetidas à PPCC.

As tarefas diárias por mim desempenhadas ao longo dos seis de estágio na PPCC permitiram-me adquirir um know-how sobre o fomento das relações económicas e comerciais entre a Polónia e Portugal, tendo alcançado conhecimentos sobre o funcionamento do mercado polaco, nomeadamente a caracterização de alguns sectores de atividade e quais os métodos e procedimentos necessários para a ingressão de uma empresa estrangeira no mercado polaco.

### **Organização de Eventos:**

Para além das atividades day-to-day mencionadas anteriormente e ainda no âmbito das atividades por mim desempenhadas ao longo do estágio na PPCC, destaco a organização de eventos, serviço pelo qual a PPCC dá especial atenção, visto ter como grande prioridade os interesses dos seus associados no que respeita ao estabelecimento das relações comerciais e empresariais, tendo sido esta uma atividade pela qual participei ativamente.

Durante os seis meses de estágio na PPCC, muitos foram os eventos em que participei ativamente e que ajudei na sua organização, pretendendo destacar assim três eventos dos quais contribuí para a sua realização, nomeadamente a organização e participação no **“Forum Import-Export Cooperation 2013”**; conferência **“Economic Outlook of Poland”** e por fim no auxílio prestado na preparação da Semana Portuguesa **“Flavours of Portugal 2014”**.

O evento **“Forum Import-Export Cooperation 2013”** realizado a 6 de Novembro de 2013, contou com a organização do Lubelski Klub Biznesu (LBK) em parceria com a PPCC, na cidade de Lublin e teve com principal ponto de destaque a cooperação polaco-portuguesa.

Um dos principais objetivos no decorrer da organização deste fórum prendeu-se com o facto das empresas portuguesas cada vez mais apostarem na Polónia como um mercado preferencial e no facto do mercado português constituir para os empresários polacos uma porta para a ingressão destes em países de língua oficial portuguesa e vice-versa.

O fórum contou com a presença tanto de empresário portugueses como de empresários polacos, especialistas em diversos setores de atividade, mais concretamente nas áreas da energia, indústria de plásticos, construção, turismo, sector agroalimentar e no setor da banca. Foram apresentadas diversas exposições e realizado um painel de discussão por parte de empresários com um know-how nas relações polaco-portuguesas, destacando a exposição do Dr. Pedro Bandeira, representante do grupo Moja Farmacja, grupo este com investimento português e que mais recentemente implementou um novo modelo de farmácia no mercado polaco.

Por fim, outro dos pontos de destaque do fórum esteve relacionado com o âmbito cultural, que culminou com a assinatura oficial de um acordo de cooperação entre a PPCC, LBK e a Universidade de Marie-Curie- Skłodowska, em Lublin.

O **“Forum Import-Export Cooperation 2013”** traduziu-se numa troca e aglomerar de experiências por parte empresários com conhecimento nas relações bilaterais entre Portugal e a Polónia e na apresentação de potencialidades de empresas de diversos setores da região de Lublin como forma de criar uma ponte de aproximação entre as empresas portuguesas e polacas, com o principal intuito de atrair as empresas portuguesas a aumentar o seu investimento sobretudo na região de Lublin.



A conferência “**Economic Outlook of Poland**”, evento este organizado pela PPCC a 21 de Novembro de 2013, no âmbito dos encontros mensais entre os seus associados (members meetings), contou com o apoio e patrocínio da consultora PricewaterhouseCoopers (PwC). O principal tema de destaque do evento fixou-se na apresentação das perspetivas da economia polaca para o ano de 2014, bem como numa análise de retrospeção económica polaca no ano de 2013, contou com a presença, na sua maioria, de empresários portugueses.

Sendo este um evento dedicado a dados económicos, as intervenções estiveram a cargo de especialistas da área económica, mais concretamente o Dr. Mateusz Walewski, representante e Senior Economist na PwC, e do Dr. Piotr Bielski, chief economist do Bank Millennium, juntando-se à conferência e enquanto moderador o Dr. Christian Minzolini, senior Country Officer do Espírito Santo Investment Bank, na Polónia.

As respetivas intervenções fizeram entender a continuação do crescimento económico na Polónia para os anos 2014-2015, bem como o crescimento do investimento estrangeiro no país, que continuará a apostar na competitividade do seu mercado atraindo assim investidores estrangeiros, nomeadamente empresas pertencentes aos principais mercados europeus, e tendo em conta que o mercado português ainda não é uma das prioridades para o investimento polaco, foi referido que se deve continuar a apostar na promoção as relações comerciais luso-polacas como forma de se estreitarem os laços entre as instituições diplomáticas de ambos os países.

Os eventos acabados de mencionar, “**Forum Import-Export Cooperation 2013**” e “**Economic Outlook of Poland**”, foram eventos dos quais participei ativamente, contribuindo para a sua organização e divulgação. No que respeita à organização dos eventos, eram inicialmente enviados convites a todos os membros associados da PPCC, sendo que após a sua reposta de comparência, era elaborada uma lista com as respetivas de inscrições de modo a ajudar na preparação da logística no próprio dia do evento. O apoio por mim prestado no que remete à divulgação dos eventos era feito sobretudo no site oficial da PPCC, bem como na rede social facebook, dando assim a conhecer aos demais membros (não associados) o programa diversificado de atividades desenvolvidas pela PPCC para a promoção e apoio nas relações económicas e comerciais polacas-portuguesas.

Para além da participação em eventos da PPCC, outro evento que gostaria de dar especial destaque é: a Semana Portuguesa “**Flavours of Portugal**”, evento este em que

já não estive presente, pois foi realizado em Maio de 2014, mas contribui para a sua organização.

O evento “Flavours of Portugal” é maior e emblemático evento, realizado anualmente pela PPCC, no que respeita à promoção da cultura e gastronomia portuguesa na Polónia. Tem como principal objetivo a promoção do que é a identidade portuguesa, apresentando aos demais convidados e instituições diplomáticas convidadas o que melhor temos no país, nomeadamente a gastronomia, vinhos, cultura, e turismo.

Decorre durante uma semana, onde são acolhidos diversos e conceituados chefes da cozinha portuguesa, que ao longo dos cinco dias apresentam pratos gastronómicos das diferentes regiões portuguesas, estando reservado cada dia para uma região em concreto, o evento conta ainda com atuações de música tradicional portuguesa, como é o caso do fado, e oferece aos participantes workshops relacionados com vinhos e turismo portugueses.

Como foi referido anteriormente não participei no evento “Flavours of Portugal”, por este se ter realizado em Maio de 2014, e o meu estágio na PPCC ter terminado em Fevereiro de 2014, contudo a sua organização começou a preparar-se no início de 2014, organização essa da qual contribuí desde o início.

Em Janeiro de 2014, iniciou-se a preparação da semana portuguesa “Flavours of Portugal”, com a realização de reuniões para a distribuição de tarefas de cada um dos colaboradores do Secretary’s Office, foram apresentados os orçamentos disponíveis para a realização do eventos, as estratégias de marketing para a divulgação do evento, eventuais pedidos de patrocínios e definição do local onde seria realizado o evento.

As principais tarefas que me foram atribuídas prenderam-se com a elaboração de ofícios e cartas oficiais no que respeita à solicitação de patrocínios para o evento junto das entidades como é o caso da Câmara Municipal de Varsóvia e do Turismo de Portugal, bem como elaboração de ofício a enviar junto do Departamento de Fundos Europeus e de desenvolvimento económico com o principal intuito de ser estabelecida uma cooperação entre a PPCC e o departamento para a realização do “Flavours of Portugal”.

Sendo o “Flavours of Portugal” um evento onde se pretende promover a marca Portugal junto da Polónia, tive também a meu encargo a pesquisa de eventuais participantes e músicos portugueses a atuar no espetáculos musicais a realizar no decorrer

do evento, bem como a pesquisa e o contacto de restaurantes e chefes de cozinha tradicional portuguesa.

Para finalizar, o contributo e apoio por mim prestado nas atividades no âmbito da organização e planeamento dos eventos protagonizados pela PPCC ao longo dos meus seis meses de estágio, permitiram-se adquirir aprendizagens importantes para a minha futura carreira profissional e evolução da minha formação pessoal.

Muito além do planeamento dos eventos organizados, o acesso e a possibilidade de ter assistido a seminários, conferências, fóruns, onde os principais temas de debate eram as relações e o investimento luso-polaco, o que contribuiu para um maior conhecimento acerca do funcionamento e caracterização do mercado polaco, e do tipo de investimento feito por Portugal e de empresários portugueses no país bem como a definição dos principais sectores de aposta do investimento português na Polónia.

A participação nos eventos possibilitou-me ainda o contacto com diversas e importantes personalidades na área diplomática portuguesa, nomeadamente a Embaixadora de Portugal em Varsóvia, Exma. Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Amélia Paiva, assim como o contacto com empresários portugueses de renome na área empresarial Polaca, como é o caso do Dr. Pedro Silva, Presidente do Grupo Jerónimo Martins Polska, e do Dr. Mário Silva, representante da Iberian Desk no Bank Millennium Polska.

### **3.3- A PPCC em Análise**

A atividades desempenhadas, e descritas anteriormente, durante o estágio realizado na PPCC, permitiram que pudesse analisar de modo crítico, neste subcapítulo que se apresenta, as principais potencialidades e fragilidades da PPCC, tentando assim evidenciar algumas medidas importantes que possam permitir um maior reconhecimento e desenvolvimento da atuação da Câmara do Comércio Luso-Polaca.

A meu entender, a PPCC distingue-se por ser uma instituição com grandes capacidades no que toca à promoção do estabelecimento de relações comerciais e económicas entre Portugal e a Polónia, sobretudo pelo facto de ter como primordial foco o trabalho incessante junto de empresas, empresários, parceiros tanto portugueses como polacos e todas as restantes entidades que requestam a sua colaboração.

Continuando com as potencialidades da PPCC no âmbito do comércio internacional, outra das suas importantes faculdades é o facto também, de esta se

caracterizar por ser instituição independente e autónoma, ou seja, sem qualquer tipo de subordinação a organizações governamentais, possibilitando-lhe assim responder com uma maior liberdade a todo o tipo de solicitações de cooperação nos mais variados sectores de atuação da PPCC.

Contudo e apesar da autonomia da resposta dada pela PPCC às demais empresas e parceiros que solicitam a sua cooperação, a Câmara do Comércio, mantém também ela uma relação de cooperação bastante singular com diversas instituições governamentais, nos mais variados sectores, nomeadamente a Embaixada de Portugal em Varsóvia, a AICEP, Ministério da Economia da Polónia, Polish Information and Foreign Investment Agency (PAIIZ), Confederação Lewiatan, Associação Comercial de Lisboa, entre outros, sendo que o forte relacionamento com estas organizações governamentais tem permitido trabalhar e participar conjuntamente com missões diplomáticas, sempre com o intuito de promover o investimento luso polaco, o crescimento económico e comercial entre os dois países e o apoio às empresas portuguesas e polacas que integram o núcleo da PPCC.

Embora a PPCC apresente como principal potencialidade o trabalho de contiguidade desenvolvido junto das entidades que lhe solicitam apoio, no meu entendimento, a PPCC apresenta também algumas vulnerabilidades e fragilidades o que de certo modo têm contribuído para a limitação do campo de atuação e eficácia da Câmara do Comércio.

Umas das principais vulnerabilidades da PPCC, prende-se com falta de recursos financeiros, pois sendo uma instituição sem fins-lucrativos, apenas se financia com as receitas dos seus associados, operações de negócios e pelo património da Câmara, o que em muito delimita o desenvolvimento das suas atividades, nomeadamente no ajustamento dos eventos networking à vontade pretendida pelos seus associados, e ao setor temático em que eles se inserem sem esquecer a contextualização do mercado atual, sendo que para que tal aconteça são necessários fundos de modo a desenvolverem-se atividades inovadoras e dinâmicas.

No sentido da prestação de auxílio aos pedidos por parte das pequenas e médias empresas que recorrem à PPCC, com o intuito de se internacionalizarem, e neste caso concreto falo, de empresas portuguesas que pretendam inserir-se no mercado polaco, penso que a PPCC poderia continuar no que já tem vindo a ser melhorado, a realização de uma base de dados de contato de diferentes empresas, informação sectorial própria sobre

o mercado polaco, sendo assim possível prestar uma rápida e eficaz resposta às referidas solicitações.

Ao longo do estágio na PPCC, e no meu entender, uma das vulnerabilidades mais notadas, prendeu-se com a atuação da PPCC direcionada essencialmente para os seus membros associados, quer no diz respeito à estratégia de comunicação e divulgação da própria PPCC, quer na realização dos eventos networking.

Assim sendo, penso que seria interessante promoverem-se atividades que permitissem potenciar, pois tendo a PPCC sede na Polónia, a marca Portugal no país, mais concretamente com a divulgação, junto do público polaco, de produtos tradicionais portugueses e do turismo e cultura portuguesa. Interessante, seria também a participação da PPCC em feiras nacionais polacas, promovendo assim Portugal junto do povo polaco e do sector empresarial polaco.

Assim sendo posso assegurar, que a PPCC constitui-se com uma importante instituição que tem um papel preponderante no relacionamento económico e comercial entre Portugal e a Polónia, prestando um apoio de proximidade junto de empresas portuguesas e polacas no que respeita à internacionalização e fluxos comerciais, tendo sempre em consideração as necessidades das empresas e dos seus associados, estando também sempre em constante renovação, pretendendo adaptar-se à realidade em que se insere, tentando ultrapassar todas as vulnerabilidades decorrentes das suas características.

## **Conclusão**

A realização deste relatório de estágio, permitiu desenvolver e atingir o objetivo que tinha sido proposto aquando no início do estágio na Câmara do Comércio Polónia-Portugal, ou seja, uma melhor compreensão e análise da evolução Relações económicas e comerciais entre os dois países.

Do ponto de vista teórico, analisou-se o processo de Europeização vivido em Portugal e na Polónia aquando da transição e consolidação democrática dos dois países, concluindo-se que tanto um como o outro, definiram linhas de orientação estratégica semelhantes, no âmbito da redefinição das políticas externas, nomeadamente a opção pela integração europeia, e manutenção da dimensão atlântica, no caso de Portugal e no caso da Polónia a possibilidade de integrar a NATO.

A opção pela vertente europeia, na política externa portuguesa e polaca deveu-se sobretudo à instabilidade económica e social sentidas aquando da queda dos regimes comunistas que até aí governavam, acreditando que a sua integração na CEE/UE auxiliaria política e financeiramente as democracias que haviam sido recém-criadas.

Integrando enquanto estados-membros a CEE/UE, Portugal e a Polónia viram-se obrigados a seguir a participação na CPE/PESC, tendo permitido a ambos incluir nas suas agendas os eixos prioritários da política externa europeia.

A participação dos dois países na definição da política externa europeia, possibilitou a promoção a nível europeu de questões relevantes e prioritárias quer da política externa portuguesa quer da política externa polaca.

Neste sentido, no caso de Portugal este trouxe para a agenda da política externa europeia, questões económicas e financeiras preocupantes, respeitantes a África e América Latina, e na questão dos Direitos Humanos trouxe a defesa pela Independência de Timor-Leste. Já no caso da Polónia, o país procurou a cooperação dos países membros da UE para com os seus países vizinhos (Ucrânia, Bielorrússia e Moldávia), demonstrando preocupação com o estabelecimento de democracias estáveis nos países mencionados.

O processo de Europeização e a participação de Portugal e da Polónia na CPE/PESC, permitiu-lhes uma maior abertura no domínio da política externa, ou seja, o

processo de Europeização permitiu a ambos os países o acesso a novas áreas de interesse, enriquecendo e alargando o domínio das suas políticas externas.

Deste modo, a política externa portuguesa seguindo também a linha das orientações políticas da UE, e com a confirmação do alargamento da UE aos PECO, e as consequências que daí poderiam derivar, passou a desenvolver e a dar especial atenção a uma política externa baseada na promoção da Diplomacia Económica, pois a integração de novos países na UE, constituía uma oportunidade a Portugal, pois o acesso a novos mercados internacionais permitiria ao país atrair investimento direto estrangeiro, bem como estabelecer relações diplomáticas e comerciais com novos países, numa área geográfica que até então Portugal ainda não tinha explorado.

Posto isto, desde 2000 que os governos constitucionais portugueses, uniram esforços na criação e harmonização de uma ampla rede diplomática, assente na estratégia da Diplomacia Económica. Para tal, foram criadas instituições como é o caso da AICEP, IAPMEI e Turismo de Portugal, que em trabalho conjunto com o MNE, Ministério da Economia, Embaixadas Portuguesas no estrangeiro e Câmaras do Comércio, passaram a focar-se na prestação de auxílio às empresas portuguesas no estrangeiro, procurando promover e dinamizar a imagem de Portugal junto de outros mercados, procurando captar investimento estrangeiro para o país, estimular o aumento das exportações bem o acompanhar o investimento e português no estrangeiro, tendo como principal objetivo promover e sustentar a economia portuguesa.

De tal modo, e com a integração dos países de Leste Europeu na UE, Portugal viu sobretudo na Polónia, um mercado de novas oportunidades, tendo-se intensificado a partir de 2004 as relações diplomáticas, económicas e comerciais entre ambos os países.

Como se viu no subcapítulo “Relações Económicas e Comerciais entre Portugal e a Polónia”, desde 2004 que as relações económicas e comerciais entre os dois países têm vindo a ser apoiadas pelas suas instituições diplomáticas, nomeadamente têm sido realizadas várias visitas oficiais de estados e diversas missões diplomáticas, quer em Portugal quer na Polónia, centradas sobretudo na Diplomacia Económica, pretendendo estimular o crescimento das trocas comerciais, apoiar as pequenas e médias empresas que pretendem internacionalizar-se para um destes países.

Assim sendo, ao longo dos últimos anos é notável a crescente aposta de Portugal no mercado Polaco, assumindo-se a Polónia como um importante e estratégico parceiro

económico e comercial de Portugal, sendo o principal país da Europa Central onde Portugal direciona o seu investimento.

A Polónia posicionou-se em 2014, de acordo com a AICEP, como o 14º principal cliente de Portugal. Tendo em conta registos da AICEP, O crescimento das exportações de Portugal para a Polónia entre os anos 2010 e 2014 foi de 10,1%, registando-se também o aumento das vendas de produtos que em 2010 representava 325,5 milhões de euros e em 2014 registou 473,2 milhões de euros.

Dos principais grupos de produtos que Portugal exporta para a Polónia, destacam-se as máquinas e aparelhos, as pastas químicas de madeira, acessórios de veículos automóveis, aparelhos recetores para radiodifusão, pneumáticos, segundo dados da AICEP. Também no âmbito dos produtos tradicionais portugueses, os vinhos e o azeite têm tido uma elevada procura por parte do mercado polaco, tendo-se acentuado o seu crescimento no país.

Pode concluir-se ainda no âmbito das trocas comerciais, a balança comercial luso-polaca tem vindo a registar resultados negativos para Portugal, não sendo ainda pouco significativos os registos de produtos transacionados da Polónia para o nosso país, surgindo a Polónia em 2014 como o 19º fornecedor de Portugal no que toca às exportações de bens e serviços, segundo dados da (AICEP 2015).

O investimento luso-polaco, também ele tem registado um aumento crescente, sendo cada vez mais as empresas de pequena e média dimensão portuguesas a apostar no país. Segundo dados do Banco de Portugal entre 2005 e 2009 a IDE português na Polónia ascendeu a cerca de 993,2 milhões de euros. Segundo dados mais recentes da (AICEP 2015), o IDE português situou-se nos 31.5 milhões de euros. No que toca ao investimento direto polaco em Portugal este tem tido resultados ainda muito pouco expressivos para a economia portuguesa.

Os principais e significantes setores de aposta das empresas portuguesas no mercado polaco são: o setor de distribuição alimentar, setor do retalho, setor financeiro e serviços em consultoria, setor da construção e infraestruturas.

Atualmente, são já 130 empresas ativas no mercado polaco, com capital português, evidenciando-se empresas de grandes grupos económicos portugueses, como por exemplo: Millennium BCP, Grupo Jerónimo Martins, BA Vidro, EDP Renováveis, Martifer, Mota-Engil, Efacec, Glintt, Colep Portugal, entre outros.



Finalizando, a realização do estágio para a conclusão da componente não letiva do Mestrado de Ciência Política e Relações Internacionais, constituiu uma parte fundamental no estabelecimento de uma correlação entre o mercado profissional e as aprendizagens levadas a cabo ao longo do primeiro ano do mestrado.

A experiência profissional, que o estágio na PPCC me proporcionou, levou-me a constatar que a PPCC é uma das principais instituições de suporte à manutenção das relações económicas e comerciais entre Portugal e a Polónia e na produção da “marca” Portugal na Polónia.

Deste modo, posso afirmar que a realização do estágio de seis meses na Câmara do Comércio Polónia-Portugal, possibilitou uma maior aprendizagem no domínio das relações comerciais e económicas e como estas funcionam e desenvolvem entre os dois mercados.

Assim e para além de todos os conhecimentos adquiridos, as diversas atividades desempenhadas ao longo do estágio, contribuíram para um maior crescimento pessoal e profissional, e aumento da minha versatilidade, tendo-me permitido também estar em permanente contacto com empresas portuguesas e polacas, com altos representantes portugueses na Polónia, bem como o contacto com empresários conceituados empresários portugueses e polacos.

## Referências Bibliográficas

- AICEP - Portugal Global. (2010). *Polónia - Ficha de Mercado*. Lisboa: Aicep - Portugal Global.
- AICEP - PORTUGAL GLOBAL. (2012). *Mercado da Polónia - Uma aposta para a internacionalização da economia portuguesa*.
- AICEP - Portugal Global. (2014). *Polónia - Ficha de Mercado*. Lisboa: Aicep.
- AICEP. (2012). Relacionamento Económico Portugal - Polónia. *Revista Portugal Global*, 35-41.
- AICEP- Portugal Global. (2015). *Polónia Ficha de Mercado*. Lisboa: Aicep.
- Amaral, F. d. (2006). Freitas do Amaral apresentou linhas mestras da Diplomacia Económica. *Lusa*.
- Amaral, J. F. (2006). O impacto económico da Integração de Portugal na Europa . *Revista Nação e Defesa*, pp. 113-128.
- Amarei, A. C. (2014). Economic Diplomacy in the context of economic crises . *Europolity*, 7-31.
- Bayne, N. (2008). Financial Diplomacy and the Credit Crush: The rise of the central Banks. *Journal of Foreigns Affairs*, 1-16.
- Bergeijk, P. V., & Moons, S. (2013). *Economic Diplomacy Works: A meta-analysis of its effect on international economic flow*.
- Borzel, T. A. (2002). Pace- Setting, Foot- Dragging and Fence-Sitting. Member States Responses to Europeanization. *Queen's Papers on Europeanization*.
- Bugia, J. M. (2014). *A Política Externa e de Segurança Comum da União: Portugal País Atlântico ou País Europeu*.
- Caetano, J., Galego, A., & Costa, S. (2005). Portugal e o alargamento da União Europeia: alguns impactos sócio-económicos. *Análise Social*, 255-278.
- Castro, J. (2008). *A Diplomacia Económica em Portugal*.
- Constitucional, X. G. (1991). *Programa do XII Governo Constitucional*. Obtido de Portugal Gov.: <http://www.portugal.gov.pt/media/464042/GC12.pdf>
- Correia, J. M. (2006). A integração na União Europeia e o Papel do Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Nação e Defesa*, 63.

- Correia, R. d. (2008). Empresas portuguesas unem esforços para vingar na Polónia. *Público*.
- Costa, S. d. (2006). Portugal na PESC: Passado e o Futuro. *Janus*.
- Costa, T. (2013). A Polónia vai ser o maior beneficiário dos fundos comunitários. *Pontos de Vista*, 77.
- Cowles, M. G., Caporaso, J., & Risse, T. (2001). *Transforming Europe - Europeanization and Domestic Change*. New York: Cornell University Press.
- Denca, S. S. (2009). Europeanization of Foreign Policy: Empirical Findings from Hungary, Romania and Slovakia. *Journa of Comtemporary European Research*.
- Departament of Analyses and Strategies - Office of the Committe for European Integration. (2009). *5 years of Poland in the European Union*. Warsaw: © Warsaw 2009 by the Office of the Committee.
- Diário da República. (2008). Diário da República, 1.a série — N.º 216 — 9 de Novembro de 2006., (pp. 7783-7784).
- Embaixada da República da Polónia em Lisboa. (1 de Setembro de 2015). *Portugal e Polónia - Parceiros Económicos*. Obtido de [http://www.lizbona.msz.gov.pl/pt/relacoes\\_bilaterais/cooperacao\\_economica/](http://www.lizbona.msz.gov.pl/pt/relacoes_bilaterais/cooperacao_economica/)
- Farto, M. (2006). *A Diplomacia Económica contemporânea*. Obtido de Janus: [http://janusonline.pt/2006/2006\\_3\\_2\\_1.html](http://janusonline.pt/2006/2006_3_2_1.html)
- Fernandes, J. P. (2013). A Diplomacia Económica num Mundo Multicêntrico (Parte I). *Percursos & Ideias*, pp. 14-21.
- Freire, M. R., & Brito, R. R. (Dezembro de 2010). Estudos sobre a Política Externa Portuguesa após 2000. *Relações Internacionais*, pp. 157-174.
- Galito, M. S. (2008). *A Diplomacia Económica de Portugal no Atlântico*. Lisboa.
- Gaspar, C. (2000). Portugal e o Alargamento da União Europeia. *Análise Social*, pp. 327-372.
- Golebiowski, J. (1999). El Regimen Comunista en Polonia Despues De La Segunda Guerra Mundial. *Brocar*, 217-218.
- Gomes, D. S. (2008). Diplomacia Económica o que é? *Jornal de Defesa*.
- Gorjão, P. (2005). Mudança de Regime e Política Externa: Portugal, a Indonésia e o Destino de Timor Leste. *Análise Social*, pp. 7-25.
- Hermenegildo, R. S. (2008). A Política Externa Portuguesa para a Cooperação Poltica Europeia - Construção da Política Externa Europeia. *Revista da Academia Militar - VI Sério, nº9*, pp. 61-92.

- Hermenegildo, R. S. (2011). A Política Externa de Portugal para a PESC: O Caso de Timor-Leste. *Revista Militar* , pp. 1-11.
- IAPMEI. (Maio de 2002). *Alargamento da UE: uma oportunidade para Portugal*. Obtido de <http://www.iapmei.pt/iapmei-art-03.php?id=1000>
- Jansen, M. (2011). *Repositioning brand strategy of the Chamber of Commerce*. Arnhem.
- Janus. (2002). Migração de mitos na Política Externa Portuguesa.
- Joaquim, C. C. (2011). *A Diplomacia Económica Portuguesa e a Internacionalização da Banca: Estudo de Caso*. Lisboa.
- Kaminska, J. (2007). New EU members and CFSP: Europeanization of the Polish Foreign policy. *Political Perspectives*.
- Klatt, M. (2011). Poland and its Eastern Neighbours: Foreign Policy Principles. *Journal of Contemporary European Research*, 1-16.
- Leal, A. C. (2007). A Diplomacia Económica em Portugal no Século XXI – Que Papel no Investimento Directo Português no Exterior? . *Negócios Estrangeiros*, 207-310.
- Leite, N. L. (2014). Mercado da Polónia - Boas razões para exportar e investir. *Portugal Global* , 32-33.
- Lima, P. M. (2012). *POLÓNIA - QUE IMPACTO NA PESD?*
- Lusa. (15 de 2014 de Setembro). Diplomacia Económica mantém-se como "eixo estruturante da política externa".
- Magone, J. (1998). A integração europeia e a construção da democracia portuguesa. *Penelope* 18, 123-163.
- Magone, J. M. (2004). *The Developing Place of Portugal in the Euroepan Union*. New Jersey: Transaction Publishers .
- Marcinkowski, B. (2016). *Why a NATO presence is so important for Poland*. Obtido de New Eastern Europe: <http://neweasterneurope.eu/articles-and-commentary/1882-why-a-nato-presence-is-so-important-for-poland>
- MFA, Bureau of Archives and Information Management. (21 de Julho de 2014). *Ministry of Foreign Affairs of Republic of Poland*. Obtido de [http://www.mfa.gov.pl/en/ministry/polish\\_diplomacy\\_archive/40th\\_anniversary\\_of\\_the\\_establishment\\_of\\_relations\\_with\\_portugal;jsessionid=F2A5FA35AAC9E0AE0EE2EE04C0E5AFD03.cmsa](http://www.mfa.gov.pl/en/ministry/polish_diplomacy_archive/40th_anniversary_of_the_establishment_of_relations_with_portugal;jsessionid=F2A5FA35AAC9E0AE0EE2EE04C0E5AFD03.cmsa)

- Millennium BCP. (2013). *Internacionalização > Polónia*. Direção Internacional - International Business Platform .
- MINISTER SPRAW ZAGRANICZNYCH. (17 de Setembro de 2008). *Economic Bulletin* . Obtido de MINISTER SPRAW ZAGRANICZNYCH:  
<http://www.msz.gov.pl/resource/5de12699-c8e7-4d48-9d64-402a077aa5fe>
- Ministry of Tresury of Poland*. (26 de 01 de 2015). Obtido de  
<http://www.msp.gov.pl/en/polish-economy/macroeconomic-analysis/5975,Macroeconomic-Analysis-of-Polish-Economy.html>
- Morais, H. (2006). *O modelo Português de Diplomacia Económica*. Obtido de  
[http://janusonline.pt/2006/2006\\_3\\_2\\_8.html](http://janusonline.pt/2006/2006_3_2_8.html)
- Müller, P., & Flers, N. A. (2009). Applying the Concept of Europeanization to the. *Institute for European Integration Research*.
- Narciso, R. (1998). *Portugal e a NATO*. Obtido de Janus Online:  
[http://janusonline.pt/conjuntura/conj\\_1998fa\\_3\\_2\\_c.html](http://janusonline.pt/conjuntura/conj_1998fa_3_2_c.html)
- Official Visit of the President of Poland Aleksander Kwaśniewski and his spouse to Portugal*. (2 de Julho de 2004). Obtido de President:  
<http://www.president.pl/en/archive/news-archive/news-2004/art,36,official-visit-of-the-president-of-poland-aleksander-kwasniewski-and-his-spouse-to-portugal.html>
- Olsen, J. P. (2011). The many faces of europeanisation . *Arena Cetre for European Studies*.
- ORŁOWSKI, W. (2011). Post-accession economic development of Poland. *EASTERN JOURNAL OF EUROPEAN STUDIES Volume 2, Issue 2*, 7-20.
- PalilZ. (2012). *Why Poland?* Ministry of Economy of the Republic of Poland.
- Pinto, F. M. (2011). *A Integração de Portugal nas Comunidades Europeias*. Coimbra.
- Pomorska, K. (2008). *Poland and the common foreign and security policy of the European Union: from adaptation to Europeanisation?* © Karolina Pomorska.
- Radaelli, C. M. (2004). Europeanisatio: Solution or Problem? *European Integration Online Papers*.
- Radelli, C. M. (6 de Outubro de 2004). Europeanization: Solution or Problema? EIoP.
- Rashid, H. u. (18 de Agosto de 2005). Economic Diplomacy in South Asia. *Indian Economy & Business Update*, pp. 1-6.
- Rodrigues, L. N. (Abril de 2004). Orgulhosamente Sós"? Portugal e os Estados Unidos no início da década de 1960.

- Royo, S. (2010). Portugal and Spain in the EU: paths of economic (2000-2007). *Análise Social*, 209-254.
- Schukking, M., & Niemann, A. (2012). *Portugal and the EU's Eastern Enlargement: A logic of identity endorsement*. Obtido de European Integration online Papers: <http://eiop.or.at/eiop/pdf/2012-012.pdf>
- Seabra, M. J. (2003). Portugal - One Way to Europeanization. In W. Wessels, A. Maurer, & J. Mittag, *Fifteen into One? The European Union and its members states* (pp. 355-368). Manchester: Manchester University Press.
- Silva, A. C. (02 de Setembro de 2008). *Discurso do Presidente da República Portuguesa por ocasião do Banquete oferecido em sua honra e da Dra. Maria Cavaco Silva pelo Presidente da República da Polónia e Senhora de Lech Kaczynski*. Obtido de Presidência : <http://www.presidencia.pt/?idc=22&idi=19118>
- Silva, A. C. (02 de Setembro de 2008). *Intervenção do Presidente da República na Sessão de Encerramento do Seminário Económico*. Obtido de Presidência: <http://www.presidencia.pt/?idc=22&idi=19117>
- Silva, Aníbal Cavaco. (20 de Abril de 2012). *Discurso do Presidente da República na Cerimónia de Abertura do Fórum Económico Polónia-Portugal*. Obtido de Presidência: <http://www.presidencia.pt/index.php?idc=21&idi=63950>
- Silva, J. R. (2002). *Estados e Empresas na Economia Mundial*. Vulgata.
- Smith, M. E. (2000). Conforming to Europe: the domestic impact of EU foreign policy co-operation. *Jornal of European Public Policy*, 613-631.
- Szczerbiak, A. (2012). Returning to Europe- The Political and Economic context of Polish EU membership. In A. Szczerbiak, *Poland within the European Union* (pp. 8-26). New York: Routledge.
- Szczerski, K. (2014). La política exterior polaca después de 1989 como respuesta a los cambios mundiales. In *Del autoritarismo a la democracia: La experiencia polaca* (pp. 161-171). Cadal.
- Teixeira, N. S. (1999). Portugal e a NATO 1949-1999. *Nação e Defesa*, pp. 15-41.
- Teixeira, N. S. (Dezembro de 2010). Breve Ensaio sobre a Política Externa Portuguesa. *Relações Internacionais*.
- Teixeira, N. S. (25 de Março de 2015). *Doutoramento Honoris Causa de Radoslaw Sikorsky*. Obtido de Universidade Nova de Lisboa: [http://www.unl.pt/data/noticias/2015/HCSikorski\\_DiscursoOrador\\_pt.pdf](http://www.unl.pt/data/noticias/2015/HCSikorski_DiscursoOrador_pt.pdf)
- Teixeira, N. S. *Doutoramento Honoris Causa de Radoslaw Sikosky*. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Texeira, N. S. (Dezembro de 2010). Breve Ensaio sobre a Política Externa Portuguesa. *Relações Internacionais*, pp. 51-60.

Vale, R. J. (2011). Is 'Europeanization' a Useful Concept? *E- International Relations*.

Zagrobelny, B. (2013). É o momento certo para apostar na Polónia. *Pontos de Vista*, 76.

Zagrobelny, B. (02 de Janeiro de 2015). *Portugal Global*. Obtido de <http://www.portugalglobal.pt/PT/PortugalNews/Paginas/NewDetail.aspx?newId=%7BFEEA26F3-22B0-4DD2-B852-C737CA597B9D%7D>

Zagrobelny, B. (2015). Trocas comerciais entre Portugal e a Polónia vão atingir mil milhões. *Vida Económica*.

## Lista de anexos

Anexo I – Quadro 1 .....	i
Anexo II – Gráfico 1 .....	i
Anexo III – Quadro 2 .....	ii
Anexo IV – Quadro 3 .....	ii
Anexo V – Quadro 4 .....	ii
Anexo VI – Quadro 5 .....	iii
Anexo VII – Quadro 6 .....	iii
Anexo VIII – Quadro 7 .....	iv
Anexo IX – Quadro 8 .....	iv
Anexo X – Exemplo de Newsletter Mensal PPCC – Fevereiro 2014 .....	v



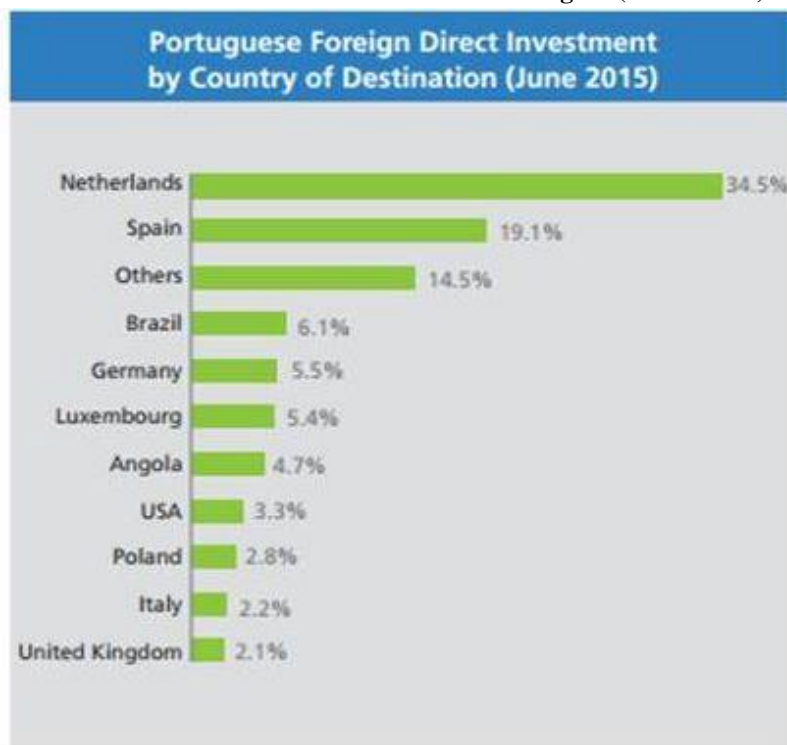
### Anexo I – Quadro 1 – Evolução da Balança Comercial Portuga-Polónia 2005-2010

Milhões de euros	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (Jan/Julho)
Exportações PT-PL	178	231	293	353	292	324	220
Importações PL-PT	248	320	339	386	383	453	230
SALDO	-70	-89	-46	-33	-91	-129	-103



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

### Anexo II – Gráfico 1 – Investimento Direto Português (Junho 2015)



Source: Banco de Portugal  
Unit: Position at the end of June 2015 (% of the total)

### Anexo III – Quadro 2 – Importância da Polónia nos Fluxos Comerciais de Portugal

#### Importância da Polónia nos Fluxos Comerciais de Portugal

		2009	2010	2011	2012	2013	2014 Jan/Jun
Polónia como cliente de Portugal	Posição	13 <sup>a</sup>	14 <sup>a</sup>	13 <sup>a</sup>	15 <sup>a</sup>	15 <sup>a</sup>	15 <sup>a</sup>
	% Saídas	0,85	0,87	0,94	0,89	0,93	1,00
Polónia como fornecedor de Portugal	Posição	21 <sup>a</sup>	21 <sup>a</sup>	21 <sup>a</sup>	21 <sup>a</sup>	19 <sup>a</sup>	19 <sup>a</sup>
	% Entradas	0,63	0,64	0,68	0,73	0,77	0,93

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Nota: Os termos Saídas e Entradas correspondem aos agregados (Expedições+Exportações) e (Chegadas+Importações), cujas designações se referem às trocas comerciais IntraUE e ExtraUE, respetivamente

### Anexo IV – Quadro 3 – Evolução da Balança Comercial Bilateral 2005-2009

#### Evolução da Balança Comercial Bilateral

(10 <sup>3</sup> EUR)	2005	2006	2007	2008	2009	Var. <sup>a</sup>	2009 Janeiro
Expedições	178.252	231.017	266.029	296.154	260.947	11,0	19.099
Chegadas	247.827	320.283	243.773	293.931	299.143	6,9	23.092
Saldo	-69.576	-89.265	22.256	2.224	-38.196	--	-3.994
Coef. Cobertura (%)	71,9	72,1	109,1	100,8	87,2	--	82,7

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2005-2009;  
(b) Taxa de variação homóloga  
Valores declarados.

### Anexo V – Quadro 4 - Posição e Quota da Polónia no Comércio Internacional Português de bens

#### Posição e Quota da Polónia no Comércio Internacional Português de Bens

		2010	2011	2012	2013	2014	2015 jan/ago
Polónia como cliente de Portugal	Posição	14 <sup>a</sup>	13 <sup>a</sup>	15 <sup>a</sup>	15 <sup>a</sup>	14 <sup>a</sup>	14 <sup>a</sup>
	% Export.	0,87	0,94	0,89	0,93	0,98	1,09
Polónia como fornecedor de Portugal	Posição	21 <sup>a</sup>	21 <sup>a</sup>	21 <sup>a</sup>	20 <sup>a</sup>	19 <sup>a</sup>	17 <sup>a</sup>
	% Import.	0,64	0,68	0,73	0,76	0,91	0,96

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

## Anexo VI – Quadro 5 – Exportações de Portugal Para a Polónia 2010 - 2014

### Exportações de Portugal para a Polónia por Grupos de Produtos

	2010	% Tot 10	2013	% Tot 13	2014	% Tot 14	Var % 14/13
Máquinas e aparelhos	117,3	36,0	135,9	30,9	118,5	25,0	-12,8
Pastas celulósicas e papel	2,9	0,9	36,6	8,3	46,9	9,9	28,2
Agrícolas	14,1	4,3	34,1	7,8	44,8	9,5	31,1
Plásticos e borracha	28,6	8,8	43,4	9,9	40,9	8,6	-5,7
Veículos e outro mat. transporte	29,3	9,0	40,6	9,2	39,0	8,2	-4,0
Metais comuns	22,1	6,8	24,3	5,5	31,3	6,6	28,9
Alimentares	11,7	3,6	22,8	5,2	25,8	5,5	13,2
Matérias têxteis	16,0	4,9	19,4	4,4	24,6	5,2	26,8
Químicos	19,3	5,9	22,8	5,2	23,3	4,9	2,1
Madeira e cortiça	11,6	3,6	13,8	3,1	16,7	3,5	21,1
Minerais e minérios	5,1	1,6	7,3	1,6	7,9	1,7	8,8
Calçado	2,7	0,8	5,0	1,1	7,8	1,6	55,3
Vestuário	2,5	0,8	5,2	1,2	5,2	1,1	-1,1
Peles e couros	1,2	0,4	3,3	0,8	3,9	0,8	17,9
Instrumentos de ótica e precisão	1,0	0,3	2,5	0,6	3,9	0,8	57,3
Combustíveis minerais	0,1	0,0	0,1	0,0	0,3	0,1	229,3
Outros produtos (a)	15,3	4,7	23,1	5,2	32,5	6,9	41,0
Valores confidenciais	24,9	7,7					§
<b>Total</b>	<b>325,5</b>	<b>100,0</b>	<b>440,1</b>	<b>100,0</b>	<b>473,2</b>	<b>100,0</b>	<b>7,5</b>

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística; Unidade: Milhões de euros

Nota: (a) Tabaco, chapéus, guarda-chuvas, pedras e metais preciosos, armas, mobiliário, brinquedos, obras de arte, obras diversas.

§ - Coeficiente de variação >= 1000% ou valor zero em 2013

## Anexo VII – Quadro 6 – Importação de Portugal com origem da Polónia por grupo de produtos

### Importações por Grupos de Produtos

(10 <sup>6</sup> EUR)	2010	% Total 2010	2013	% Total 2013	2014	% Total 2014	Var % 14/13
Máquinas e aparelhos	170,8	45,2	150,2	34,5	160,2	30,0	6,7
Agrícolas	25,2	6,7	41,7	9,6	56,0	10,5	34,5
Químicos	45,6	12,1	46,7	10,7	53,8	10,1	15,1
Veículos e outro mat. transporte	28,4	7,5	25,9	6,0	42,9	8,0	65,6
Metais comuns	12,7	3,4	29,0	6,7	35,2	6,6	21,4
Plásticos e borracha	10,0	2,6	18,9	4,3	20,8	3,9	10,2
Pastas celulósicas e papel	2,0	0,5	11,0	2,5	19,9	3,7	80,6
Alimentares	18,1	4,8	17,5	4,0	17,9	3,3	2,5
Peles e couros	2,7	0,7	8,0	1,8	12,0	2,2	49,4
Instrumentos de ótica e precisão	11,0	2,9	5,6	1,3	8,0	1,5	42,1
Matérias têxteis	1,5	0,4	3,4	0,8	6,4	1,2	85,5
Minerais e minérios	3,5	0,9	2,9	0,7	3,6	0,7	23,9
Madeira e cortiça	1,0	0,3	2,7	0,6	2,5	0,5	-8,1
Calçado	0,1	0,0	0,5	0,1	0,7	0,1	40,7
Combustíveis minerais	0,0	0,0	0,4	0,1	0,6	0,1	43,7
Vestuário	0,0	0,0	0,1	0,0	0,3	0,1	144,7
Outros produtos	44,2	11,7	70,5	16,2	93,5	17,5	32,7
Valores confidenciais	1,5	0,4					§
<b>Total</b>	<b>378,1</b>	<b>100,0</b>	<b>435,1</b>	<b>100,0</b>	<b>534,4</b>	<b>100,0</b>	<b>22,8</b>

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Nota: § - Coeficiente de variação >= 1000% ou valor zero em 2013

## Anexo VIII – Quadro 7 – Balança Comercial de Bens Portugal com a Polónia 2010-2015

### Balança Comercial de Bens de Portugal com a Polónia

(10 <sup>6</sup> EUR)	2010	2011	2012	2013	2014	Var % 14/10 <sup>a</sup>	2014 jan/ago	2015 jan/ago	Var % 15/14 <sup>b</sup>
Exportações	325,5	403,5	401,5	440,1	473,2	10,1	313,2	361,2	15,3
Importações	378,1	405,1	409,8	435,1	534,4	9,3	348,1	381,4	9,6
Saldo	-52,6	-1,7	-8,3	5,0	-61,2	--	-34,8	-20,2	--
Coef. Cobertura (%)	86,1	99,6	98,0	101,2	88,6	--	90,0	94,7	--

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2010-2014

(b) Taxa de variação homóloga

2010 a 2013: resultados definitivos; 2014: resultados provisórios; 2015: resultados preliminares

## Anexo IX– Quadro 8 – Investimento Direto de Portugal na Polónia 2009-2014

### Investimento Direto de Portugal na Polónia

(10 <sup>3</sup> EUR)	2009	2010	2011	2012	2013	Var. <sup>a</sup> 13/09	2013 Jan/Jun	2014 Jan/Jun	Var. <sup>b</sup> 14/13
Investimento bruto	63,8	310,9	223,4	129,6	153,5	84,0	69,9	48,6	-30,5
Desinvestimento	31,7	12,2	105,7	36,1	29,4	155,8	18,9	13,5	-28,5
Investimento líquido	32,0	298,7	117,8	93,5	124,2	--	51,1	35,1	--

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2009-2013

(b) Taxa de variação homóloga

Os valores de 2013 (Jan/Jun) correspondem ao primeiro apuramento para o período (valores não revistos)

## Anexo X – Exemplo de Newsletter Mensal PPCC – Fevereiro 2014

PPCC e-Clipping • Business news about Portugal and Poland

PPCC e-Clipping



[Friend on Facebook](#)

[Follow on Twitter](#)

[Forward to a Friend](#)

### PPCC News

#### PPCC Annual General Meeting and 6th Anniversary

PPCC  
POLISH-PORTUGUESE  
CHAMBER OF COMMERCE

#### Contacts:

##### Address:

Al. Niepodległości 69,  
7<sup>th</sup> Floor  
02-626 Warsaw - Poland

E-mail: [info@ppcc.pl](mailto:info@ppcc.pl)

Telephone: +48 22 322 7667

Fax: +48 22 322 7667

##### Office Hours:

Mon-Fri: from 9:00am to  
5:30pm

PPCC  
POLISH-PORTUGUESE  
CHAMBER OF COMMERCE

6 Years

*Connecting both sides of Europe*

On the 6th of March at 6 p.m., Polish-Portuguese Chamber of Commerce will held the General Meeting and 6th Anniversary at Jerónimo Martins Poland headquarters. We encourage all our Members to participate in this event.

Please confirm your presence by e-mail: [veronika@ppcc.pl](mailto:veronika@ppcc.pl) or phone +48 22 322 7667.

#### PPCC Members Meeting at Mercure Hotel, Warsaw

Mercure  
HOTELS

On the 13th of February, PPCC organized a

Members Meeting at Mercure Warszawa Grand Hotel to give the opportunity for its members and Management Board to gather in an informal way and share ideas about the day-to-day businesses and also network with other members and invited guests.

#### PPCC Discount Catalogue 2014 is available



#### Past Events

##### Renewable Energy

##### Committee

3 February 2014  
Warsaw

##### PPCC Board Meeting

13 February 2014  
Warsaw

##### PPCC Members Meeting

13 February 2014  
Warsaw





### Upcoming Events

**PPCC General Meeting**  
6 March 2014  
Warsaw

**PPCC 6th Anniversary**  
6 March 2014  
Warsaw

**Erasmus Dinner**  
7 March 2014  
Warsaw

**Speed Business Mixer**  
27 March 2014  
Cracow

**PPCC Regional Meeting**  
23 April 2014  
Gdańsk

**Speed Business Mixer**  
6 May 2014  
Warsaw

**III Portuguese Chambers of  
Commerce Annual Meeting**  
12 May 2014  
Lisbon



## Discount Catalogue 2014

The PPCC Discount Catalogue for 2014 is already available. The catalogue contains the special offers for the Members of the Polish – Portuguese Chamber of Commerce for different kinds of services in the field of hospitality, rent-a-car, translations and others.

The discounts are available exclusively for the PPCC Members. If you are interested in consulting the catalogue, please send a request by e-mail to: [info@ppcc.pl](mailto:info@ppcc.pl)

### Conference "Women of Lusophone" at Warsaw University



KONFERENCJA

**Kobiety  
Luzofonii**

**7 marca 2014**

**Uniwersytet Warszawski  
sala 1.012 | ul. Dobra 55**

On the 7th of March, there will be held a conference "Women of Lusophone" at the Institute of Iberian and Ibero American Studies (Warsaw University). The conference is organized by the students from the first year of the MA in Portuguese Studies and will take place in the new building of the Faculty of Modern Languages (Warsaw University). During the event students will present lectures about the position of women in Lusophone culture. The admission is free of charge.

We recommend you to take part in the event which is definitely a very inspiring initiative!

Source: [Camões Institute in Poland](#)

**Moving Academy promotes Advanced Training Courses -  
Management & Strategy in 2014**



Moving Academy focus on excellence in training in business, with a training offer in the area of business sciences, from management to strategy, from planning to implementation of a new business up looking for international opportunities in various markets. Courses for Advanced Training '14 seek the transmission of useful and practical skills to participants, in a strong hands on component.

The first edition of Advanced Training courses '14, in partnership with the Society of Engineers of Northern Region, will be held in the first half of 2014 in Porto.

Source: [Finance XXI Consulting](#)

## Members

### **Jerónimo Martins: Investment of 27 million in Algarve is "clear signal" of commitment with Portugal**

The Group Jerónimo Martins, owner of Pingo Doce and Recheio, opened on 13th February a new distribution center in Silves, Algarve, which will supply all the company's stores in the southern region of the country. This investment of 27 million EUR, generated over a hundred direct jobs and is, in the words of Pedro Soares dos Santos, "a significant contribution to boosting the region's economy" and a "clear sign" of "commitment" of the company with Portugal.

Source: [Público](#)

### **Preliminary results of Bank Millennium Capital Group in 2013 Financial Year**

Bank Millennium Group (the "Group") consolidated net profit in 2013 reached PLN 536 million, which is the best ever yearly profit without extraordinary results (in 2005 the Group made PLN 567 million net profit thanks to a high one-off capital gain).

Source: Bank Millennium

### **Eurocash inks initial deal to take over payment firm PayUp**

Wholesaler Eurocash signed an initial binding deal to purchase 51% in payment terminal system operator PayUp from Dutch-based Alverca, Eurocash said in a market filing. Eurocash currently holds 49% in PayUp Polska.

Source: [The Warsaw Voice](#)

#### **Mota-Engil Central Europe: Subsequent sections of S8 are passable**

The General Directorate for National Roads and Motorways opened to traffic two sections of expressway S8 connecting Syców with Wieruszowo. Thanks to it, the route Warsaw-Wrocław will be one hour shorter.

Source: [Mota-Engil Central Europe](#)

#### **Bank Millennium was ranked as the best distributor of structured products in Poland**

Bank Millennium was recognized as the best distributor of structured products in Poland in 2013 – award in this category is granted to institutions that recorded high sales values of structured products with simultaneously good investment results of these products. Additionally, in 2013, 6 out of 10 best-selling structured products in Poland were prepared by Bank Millennium.

Source: Bank Millennium

#### **Luxurious Hotel Sheraton Kraków purchased – DZP's success as the investor's legal advisor**

A multi-disciplinary team of experts at DZP advised the French hotel firm Algonquin on the purchase of one of the most prestigious hotels in Poland – the Hotel Sheraton Kraków. Algonquin paid EUR 38 million for the Krakow hotel, which will continue to be managed under the Sheraton brand.

Source: DZP

#### **SIBS INTERNATIONAL offers innovative cash loan service through ATM**

Poland is the first country in the region to offer a cash loan service through ATM terminals. SIBS INTERNATIONAL launched an innovative cash loan service for the ATM network of a Polish Bank - Bank Millennium - putting its client and the Polish market in the forefront of innovation in transaction services.

Source: SIBS

#### **Mota-Engil Central Europe: The opening of the ring road in Pszczyna**

From the beginning of January, first drivers could go by the northern ring road of Pszczyna (Silesian province). Currently, the maintenance work and the implementation of local roads in the vicinity of the node are continuing.

Source: [Mota-Engil Central Europe](#)

#### **MLEKOVITA - Hero of Polish Economy**



During the Gala of Polish Business Club held on 31 January 2014 at the Royal Castle in Warsaw, MLEKOVITA was awarded the prestigious title of Hero of the Polish Economy. MLEKOVITA, the most valuable brand in the manufacturing sector of the Polish economy and Polish Leader Dairy (according to the rankings of the National Association of Dairy Cooperatives Association of Audit Committee) has been recognized by the Director and the Board of the Polish Business Club.

Source: Mlekovita

### **The deadlines for the settlement of Personal Income Tax for the year 2013 ACC ADVANCED SOLUTIONS**

Taxpayers should settle their incomes gained in 2013 until the end of April 2014. Until the end of February payers of Personal Income Tax (Employers) must notify taxpayers about PIT-11 information, which includes their incomes in 2013. The information from Tax Offices shows that the most common mistake is the lack of a signature on a tax declarations.

Source: ACC Advanced Solutions

### **ZMS POLSKA**

ZMS Polska is a recently created, Polish consultancy company – held by Portuguese capital, dedicated to environmental issues, providing the Polish market with integrated solutions, management and environmental modelling. ZMS Polska is a result of a partnership between two reliable Portuguese companies: Nemus and Hidromod.

[Here you may download ZMS presentation](#)

Source: ZMS Polska

## **Business in Portugal**



### **Foreign direct investment in Portugal doubles in one year**

Portugal return to the route of foreign investors and the number of investment projects by foreign companies almost doubled, in the space of just one year. The



### **Renewable energies guaranteed 91% of the electricity consumed in January**

In January the production of electricity from renewable sources secured 91% of consumption in Portugal. The

origin of investment came mainly from Germany, totaling 10 projects, despite the French companies were those that have created more jobs, 1745 posts.

Source: [Dinheiro Vivo](#)



#### **Specialized financing recovered in 2013**

The specialized finance ended the 2013 with positive results, with the 'leasing' and 'renting' to reverse the negative trend and grow 4.1% and 5.3%, respectively, according to Portuguese industry association, Portuguese Association of Leasing, Factoring and Renting (ALF).

Source: [Dinheiro Vivo](#)



#### **Textile sector had the best of the last five years**

Textile exports grew by 3.5% in 2013, reaching 4257 million Eur, a value that ATP - Textile and Apparel Association of Portugal, presented as "the best of the last five years." In the analysis of industry's data, Paulo Vaz, General Director of ATP highlights the rise of 9% of sales in the textile industry to non-EU countries, with a share of 18% in

dams were responsible for more than half that amount (51%) and wind with the highest percentage ever (around 35%).

Source: [Expresso](#)



#### **Furniture exports hit record in 2013**

Exports of furniture and bedding industry increased 11% last year, compared with 2012, and amounted to 1.2 billion EUR, said the Portuguese Association of Furniture and Allied Industries (APIMA).

Source: [Oje](#)



#### **Wine exports rise 2.4% in 2013**

Wine exports grew by 2.4 % in 2013, following the growth trend of the past three years, announced the Institute of Vine and Wine (IVV), citing data from the National Statistics Institute. "The optimism comes largely by higher average price, which indicates a greater willingness of markets to pay for the best Portuguese wines", said the IVV

total exports of the sector.

Source: [Expresso](#)

20

Source: [Diário de Notícias](#)

## Business around Poland



### Poland - the best place to do business and an innovative country

Poland is the best place to do business in Eastern Europe and Central Asia, and one of the most innovative countries in the world - according to the survey conducted by Bloomberg.

Source: [PAAIZ](#)



### Polish economy gains in global markets

Enterprises in Poland are coping better and better in international markets. Especially in Germany, where were able to force out Chinese and Brits from the automotive sector. The only thing still missing is the recognition of Polish brands abroad.

Source: [Wirtualne media](#)



### Polish cities among most attractive for foreign investors

Polish cities score high on lists of investment attractiveness prepared by FDI Intelligence, an FDI analysis team from the Financial Times group. Southwestern Wrocław and southern Katowice are among top ten large European towns in terms of the number of attracted investment projects.



### Fitch confirms Polish rating. "The economy shows a high level of resistance and stability"

Fitch confirms Polish rating. "The economy shows a high level of resistance and stability". The Agency also evaluates the Polish banking system as strong, and its outlook is stable.

Source: [TVN24.BIS](#)

Source: [The Warsaw Voice](#)



#### **The record of Polish exports**

Our exports rose in the entire 2013, about 5,8 percent to the highest level in history by accelerating in December. After November, the Polish sale of goods abroad was about 5 percent higher than last year, but an excellent December helped to increase the dynamics of the entire 2013 to 5,8 percent.

Source: [Rzeczpospolita](#)



#### **Better and better quality of economic growth according to the index ESCAPE**

According to this year's index ESCAPE - developed by the consulting firm PwC - Poland was on the 21 items ahead of countries such as Italy and Greece, locating just behind France and Great Britain.

Source: [Inwestycje.pl](#)



#### **Poland Europe's top producer of household appliances**

Poland produced 23.1 million household appliances in 2013, up by 6% year on year, the daily Rzeczpospolita reports citing a sector organization CECED Polska.

Source: [The Warsaw Voice](#)



#### **Polish e-commerce in the pursuit of Europe**

Polish e-commerce market could be worth 25 billion PLN already, and this year will exceed 30 billion PLN. The sector of e-commerce market in Poland is growing rapidly, and this year is unlikely to slow down – predict the analysts of Deloitte.

Source: [Puls Biznesu](#)

**PATRONS**

2/1/2016

PPCC E-Clipping February 2014



GARRIGUES



Copyright © 2012 PPCC. All rights reserved.